

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
NOS CURSOS TÉCNICOS: UM ESTUDO DE CASO NO IFRS –
CAMPUS SERTÃO

MAQUELI ELIZABETE PIVA

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS
CURSOS TÉCNICOS: UM ESTUDO DE CASO NO IFRS – CAMPUS
SERTÃO**

MAQUELI ELIZABETE PIVA

Sob a Orientação da Professora
Ana Alice Vilas Boas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Março de 2011

373.24098165

P693e

T

Piva, Maqueli Elizabete, 1981-
Educação profissional brasileira
e assistência estudantil nos cursos
técnicos: um estudo de caso no IFRS -
Campus Sertão / Maqueli Elizabete Piva -
2011.

73 f.; il.

Orientador: Ana Alice Vilas Boas.
Dissertação (mestrado) -
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Curso de Pós-Graduação em
Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 48-52

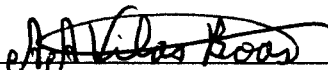
1. Ensino profissional - Rio
Grande do Sul - Teses. 2. Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Sul (Campus Sertão) -
História - Teses. 3. Formação profissional
- Rio Grande do Sul - Teses. 4. Educação -
Assistência técnica - Rio Grande do Sul -
Teses. I. Vilas Boas, Ana Alice. II.
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Curso de Pós-Graduação em
Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

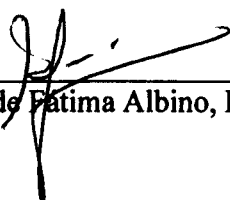
MAQUELI ELIZABETE PIVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/03/2011.



Ana Alice Vilas Boas, Dra. UFLA/PPGEA



Sirlei de Fátima Albino, Dra. IFC - Campus Camboriú



Sandra Barros Sanchez, Dra. UFRRJ

*Dedico este trabalho aos amigos
que me apoiaram em todos os
momentos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, principal responsável por esta oportunidade de vida;

À Ana Alice Vilas Boas, orientadora, exemplo de determinação, pela forma como conduziu esse processo, apoiando-me e confiando em meu trabalho;

À Sirlei Fátima Albino, pela compreensão, confiança e investimento dedicado ao amadurecimento de ideias fundamentais para esta construção;

Aos docentes e discentes do IFRS – Campus Sertão, participantes da pesquisa, pela receptividade e autorização ao acesso a dados indispensáveis para a pesquisa;

Ao Coordenador, a Vice Coordenadora e aos servidores do PPGEA, pela atenção e ajuda prestada em todos os momentos e, acima de tudo, por terem acreditado em minhas ideias confiando-me essa oportunidade;

À Direção do IFRS – Campus Sertão e ao Coordenador da CGAE, assim como, a toda a Comunidade Escolar pelo apoio e compreensão durante a realização do Mestrado;

Aos amigos e colegas de trabalho Cleusa, Ivete, Elísio e Luíz Valério, os quais foram fundamentais em meu dia a dia, pelo acolhimento de minhas angústias nos momentos mais difíceis e pelas orientações prestadas;

À família e aos amigos que souberam entender minhas ausências durante a realização do trabalho e pelo apoio quando não foi possível administrar as tarefas diárias;

Aos colegas de curso que enriqueceram minha vida com sua alegria de viver;

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

A verdade é que não há nada de digno em ser superior a outra pessoa. A única nobreza genuína é ser superior a seu antigo eu.

Whitney M. Young Jr.

RESUMO

PIVA, Maqueli Elizabete. **Educação Profissional Brasileira e Assistência Estudantil nos Cursos Técnicos: um estudo de caso no IFRS – Campus Sertão**. 2011. 73 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

O IFRS– Campus Sertão, que atualmente expandiu a oferta de cursos técnicos e superiores, é uma instituição cinquentenária, que ao longo de sua trajetória, obteve notório reconhecimento regional na formação de profissionais do campo. O presente trabalho pretendeu investigar se as práticas de assistência estudantil alteraram-se ao longo do tempo e se estão condizentes com a atual expansão do ensino profissionalizante. Assim como, contextualizou-o na história da educação profissional brasileira, devido à sua relevância social para a mesorregião onde está inserido, resgataram-se os objetivos de sua fundação e as mudanças institucionais ocorridas ao longo do tempo em relação às práticas de seleção discente e ao internato escolar, bem como, buscou-se desenhar o perfil socioeconômico dos estudantes dos atuais cursos técnicos oferecidos. Verificou-se, também, a opinião da comunidade escolar sobre o destino das vagas do internato. Traçou-se um comparativo entre o perfil socioeconômico dos alunos internos e externos, a fim de identificar aspectos que justifiquem ou não a oferta da residência escolar a alunos de um determinado curso em detrimento dos demais. O presente trabalho caracterizou-se pelo uso da técnica de estudo de caso, optando-se por uma pesquisa em duas etapas. A primeira etapa exploratória (qualitativa) visou identificar fatores históricos relevantes sobre o IFRS – Campus Sertão e colher a opinião de profissionais da educação sobre a assistência estudantil, com ênfase na moradia escolar. A segunda etapa descritiva (quantitativa) objetivou identificar o perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos técnicos oferecidos pela instituição e investigar a necessidade de ampliação de políticas assistenciais para a permanência e conclusão dos cursos. Diante da análise empreendida, verificou-se que a criação do IFRS – Campus Sertão respondeu às metas políticas do governo da época, oferecendo o ensino agrícola para os filhos de agricultores, embora esse tipo de ensino sempre enfrentou uma demanda maior que a oferta de vagas, necessitando, então, de um critério de seleção para ingresso. Vários métodos de seleção de alunos foram experimentados, a fim de dar oportunidades aos alunos desfavorecidos economicamente e com perfil para atuação no campo. O internato escolar configura-se como uma das mais significativas ações de assistência estudantil da instituição, mas, precisa ser reestruturado para atuar como efetiva assistência estudantil promovendo a inclusão e a justiça social.

Palavras-chave: Educação Profissional, Cursos Técnicos, Assistência Estudantil

ABSTRACT

PIVA, Maqueli Elizabete. **Brazilian Professional Education and Student Assistance in Technical Courses: a case study on IFRS – Campus Sertão.** 2011. 73 p. Dissertation (Masters Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.2011.

IFRS-Campus Sertão, now expanded to offer technical courses and higher, is a fiftieth institution, that throughout its trajectory, won notorious regional recognition in training of professionals of the field. This study aims at investigating whether the practices of student assistance have changed over time and are consistent with the current expansion of technical education. Just as it contextualized it in the history of Brazilian professional education because of its social relevance for the middle region where it operates. Rescued to the aims of its foundation and the institutional changes over time in relation to student selection practices and to boarding school, and aimed to draw the students' socioeconomic profile of the current technical courses offered. There was also the opinion of the school community about the fate of the seats in internship. He drew up a comparison between the socioeconomic profile of students internal and external, to identify issues that would justify or not to offer the home school to students of a particular course at the expense of others. This work was characterized by the use of the technique of case study, opting for a search in two steps. The first exploratory stage (qualitative) aimed to identify factors relevant historical IFRS - Campus Sertão and gather the views of education professionals on student assistance, with emphasis on home schooling. The second stage descriptive (quantitative) aimed to identify the socioeconomic profile of students of technical courses offered by the institution and investigates the need for expansion of welfare policies for retention and completion of courses. Given the analysis undertaken, it was found that the creation of IFRS - Campus Sertão answered the government's political goals of the epoch, providing agricultural education for the farmers' children, although this type of education has always faced a demand greater than supply of vacancies, requiring, then, a selection criterion for admission. Several methods of selecting students were tested in order to provide opportunities for economically disadvantaged students and to profile performance in the field. The boarding school is configured as one of the most significant actions of the institution's student assistance, but must be reshaped to serve as an effective student assistance promoting inclusion and social justice.

Key words: Professional Education, Technical Courses, Student Assistance

ABREVIATURAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
CENAFOR – Centro Nacional para Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional
COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agrícola de Nível Médio do Brasil
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DEA – Diretoria de Ensino Agrícola
EAFs – Escolas Agrotécnicas Federais
ESAMV – Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
FMI – Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GTA – Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil – Financiamento
HPS – Histórico do Campus Sertão
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC – Ministério da Educação e do Desporto
MCS – Membros da Comissão do Processo Seletivo
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEAV – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SEF – Sistema Escola – Fazenda
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENETE – Secretaria Nacional de Educação Tecnológica
SESG – Secretaria de Ensino de Segundo Grau
SESU – Secretaria de Educação Superior
SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TAI-SEM – Curso Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio
TAG-IEM - Curso Técnico em Agropecuária Integrado e\ou Concomitante ao Ensino Médio
TAG-SEM - Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio
TEMSI-SEM - Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
UPEs – Unidades Educacionais de Produção

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Detalhamento da Amostra	31
Gráfico 2 – Distância, em km, entre a cidade de moradia e o Campus Sertão	32
Gráfico 3 – Local de moradia durante os dias letivos.....	32
Gráfico 4 – Meio de transporte utilizado diariamente para deslocamento da moradia até o Campus Sertão (externos)	33
Gráfico 5 – Sem a moradia escolar não haveria possibilidade de realizar o curso (internos do curso TAG-IEM)	34
Gráfico 6 - Sem a moradia escolar haveria possibilidade de realizar o curso (internos do curso TAG-IEM).....	34
Gráfico 7 - Necessidade da casa do estudante para realizarem o curso (externos do curso TAG-IEM).....	35
Gráfico 8 - Necessidade da casa do estudante para realizarem o curso (externos do curso TAG-SEM).....	36
Gráfico 9 - Necessidade da casa do estudante para realizarem o curso (externos do curso TEMSI-SEM)	36
Gráfico 10 - Necessidade da casa do estudante para realizarem o curso (externos do curso TAI-SEM)	37
Gráfico 11 - Conhece alguém que não se inscreveu nos cursos técnicos do Campus Sertão por falta de condições socioeconômicas	38
Gráfico 12 - Renda mensal bruta per capita das famílias dos alunos internos do curso TAG-IEM.....	39
Gráfico 13 - Renda mensal bruta per capita das famílias dos alunos externos	40
Gráfico 14 - Realização de atividade remunerada.....	41
Gráfico 15 - Comparativo entre a renda mensal bruta per capita das famílias dos alunos internos e externos	42
Gráfico 16 - A quem deve ser destinada a casa do estudante	43

LISTA DE GRÁFICOS

Quadro 1 – Caracterização dos servidores entrevistados	20
Quadro 2 – Amostra pesquisada através da aplicação do questionário	22

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	3
2.1. O Ensino Profissionalizante no Brasil.....	3
2.2. O Ensino Técnico Agropecuário	5
2.3. Histórico do IFRS - Campus Sertão	9
2.4. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	11
2.5. O Internato Escolar.....	13
2.6. Novas Perspectivas de Assistência Estudantil para os Institutos Federais.....	15
3. MATERIAIS E MÉTODOS	18
3.1. Método.....	18
3.2. População e Amostra.....	19
3.3. Etapa Exploratória.....	19
3.3.1. Coleta de dados	19
3.3.2. Análise dos dados	20
3.4. Etapa Descritiva	21
3.4.1. Pré-teste do questionário e definição do instrumento de coleta.....	21
3.4.2. Descrição do instrumento de coleta final.....	21
3.4.3. Coleta de dados	22
4. RESULTADOS e DISCUSSÃO.....	23
4.1. Etapa Exploratória: Entrevistas.....	23
4.1.1. Objetivo da criação do IFRS – Campus Sertão e primeiro curso oferecido	23
4.1.2. Os diferentes processos seletivos	24
4.1.3. Características do internato escolar e a quem se destinava.....	25
4.1.4. Permanência e ampliação do internato aos alunos dos cursos técnicos do IFRS – Campus Sertão	27
4.1.5. Síntese dos tópicos relevantes da etapa exploratória.....	29
4.2. Etapa Descritiva: Questionário	30
4.2.1. Caracterização e realidade socioeconômica dos alunos dos cursos técnicos do IFRS – Campus Sertão	31
4.2.2. Perfil geral dos estudantes dos cursos técnicos do IFRS – Campus Sertão.....	43
4.2.3. Perfil geral dos alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado/Concomitante ao Ensino Médio – TAG-IEM.....	43
4.2.4. Perfil geral dos alunos do curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio – TAG-SEM.....	44
4.2.5. Perfil geral dos alunos do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio – TEMSI-SEM	44
4.2.6. Perfil geral dos alunos do curso Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio – TAI-SEM	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5.1. Sugestões de Pesquisas.....	47
6. REFERÊNCIAS.....	48
7. APÊNDICES	53

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação brasileira esteve atrelada aos aspectos sociais, econômicos e políticos norteadores da sociedade. Os primeiros tempos do Brasil republicano foram exemplo da concepção de educação que considerava a formação profissional como sendo reservada às classes sociais menos favorecidas, onde a formação para o trabalho era um recurso largamente utilizado pela classe dirigente como forma de contenção do que se considerava desordem social.

A criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, com caráter assistencialista, destinadas a oferecer qualificação profissional para as camadas da população marginalizada, com a intenção de proporcionar acesso aos empregos, urbanos e rurais, que exigiam baixos níveis de escolaridade e a criação dos Patronatos Agrícolas (1918), com o objetivo de oferecer o ensino profissional, logo transformados em institutos de assistência, proteção e tutela moral, também exemplificam essa concepção dualista da educação brasileira: educação profissional desconectada da educação escolar.

Atualmente, a globalização resultou em inúmeros avanços tecnológicos que ditam a criação de profissões e processos produtivos num mercado cada vez mais competitivo, levando a educação profissional brasileira a deparar-se com novas demandas sociais, além de acentuar a ideia de formação profissional como responsável pela redução da desigualdade social e como alavanca para o crescimento econômico, o qual possibilita ao país ingressar nos mercados globalizados.

A nova concepção da educação profissional motivou o avanço da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira, que, desde 2003, passou a ter como foco a qualidade social e não apenas o fator econômico.

As Instituições Federais de educação profissional e tecnológica passaram a receber investimentos do Governo Federal, com o objetivo de torná-las contribuintes do desenvolvimento local e regional e da melhoria do padrão de vida da população.

A primeira fase da expansão do número de Escolas Federais de Educação Profissional e Tecnológica iniciou em 2006, com a implantação dessas instituições em vários Estados, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos, que não contavam com essas escolas. A segunda fase iniciou em 2007, com a intenção de inaugurar uma escola em cada pólo do país.

O Ministério da Educação e do Desporto – MEC criou um modelo institucional norteador desse crescimento, que são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. São autarquias que articulam a educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta da educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Os Institutos Federais visam à justiça social, o desenvolvimento sustentável, à inclusão social, às soluções técnicas e à geração de novas tecnologias, além de buscarem derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão (IFRS – Campus Sertão), considerando as novas exigências, assim como os demais Institutos Federais, deparou-se com significativas transformações.

As metas e ações de expansão do ensino profissional e tecnológico, entre outras questões, fizeram emergir as preocupações referentes à assistência estudantil nas Instituições

Federais, em especial no Campus Sertão, que oferece moradia escolar aos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado/Concomitante ao Ensino Médio desde sua criação.

A oferta da residência estudantil é um fato comum na criação da maioria das Instituições de Ensino, do Brasil, o que demonstra uma relação direta entre assistência estudantil e o sucesso do ensino ministrado.

O Campus Sertão caracteriza-se por ser uma instituição cinquentenária, que ao longo de sua trajetória, obteve notório reconhecimento regional na formação de profissionais do campo, principalmente de Técnicos em Agropecuária. Recentemente expandiu sua atuação para os cursos técnicos de Agroindústria, Manutenção e Suporte de Informática e para cursos superiores de Agronomia, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia de Gestão Ambiental e Zootecnia .

Motivada pela riqueza histórica do desenvolvimento da educação profissional brasileira e da sua atual expansão focada na qualidade social, esta pesquisa valeu-se do estudo de caso do IFRS – Campus Sertão, por considerar sua relevância social para a mesorregião onde está inserido.

O presente trabalho investigou a trajetória histórica do Campus Sertão, resgatando os objetivos de sua fundação, as mudanças institucionais ocorridas ao longo do tempo em relação às práticas de seleção discente e ao internato escolar, traçou o perfil socioeconômico dos estudantes dos atuais cursos técnicos oferecidos, procedeu um comparativo entre o perfil socioeconômico dos alunos internos e externos, a fim de identificar aspectos que justifiquem ou não a oferta da residência escolar a alunos de um determinado curso em detrimento dos demais e investigou a opinião da comunidade escolar sobre a destinação e ampliação das vagas do internato, que hoje são oferecidas somente aos alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado/Concomitante ao Ensino Médio, através dos melhores desempenhos na prova escrita do processo seletivo discente.

O objetivo geral consistiu em investigar, através de levantamentos de dados da história educacional do IFRS – Campus Sertão, se as práticas de assistência estudantil alteraram-se ao longo do tempo e se estão condizentes com a atual expansão do ensino profissionalizante.

A questão da assistência estudantil, mormente a questão da moradia no IFRS – Campus Sertão, merece ser reestruturada para, de fato, promover a inclusão e a justiça social. Entende-se que permanecer com as mesmas práticas de assistência estudantil dos primeiros tempos da educação não é condizente com a atual expansão do ensino profissionalizante, que pretende atingir números inéditos na educação brasileira.

A tônica das atuais políticas socioeducacionais tanto em nível nacional quanto no IFRS – Campus Sertão, remetem às questões referentes ao ingresso e à permanência dos estudantes da formação profissional.

O desenvolvimento da presente dissertação está dividido em cinco partes, onde o item dois aborda a Fundamentação Teórica, traçando uma breve história do ensino profissionalizante no Brasil, passando pelo histórico do IFRS - Campus Sertão, e finalizando com perspectivas de assistência estudantil para os Institutos Federais; o item três, que trata dos Materiais e Métodos, tange desde a população de amostragem, coleta de dados, análise, e suas finalizações; o item quatro apresenta os Resultados e Discussão e o item cinco expõem as Considerações Finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta um estudo bibliográfico sobre os temas educação profissional, ensino agrícola, Institutos Federais de Educação, internato escolar e assistência estudantil, no contexto educacional brasileiro.

2.1. O Ensino Profissionalizante no Brasil

O surgimento da educação está diretamente relacionado com a existência e condição humana, que é a necessidade de produzir sua própria vida, a necessidade do trabalho. (SAVIANE, 1996).

Na origem – do trabalho e educação – ao produzir sua existência, os homens se educavam neste próprio processo. Lidando com a terra, com a natureza, se relacionando uns com os outros – já que tudo era feito em comum – os homens se educavam e educavam as novas gerações (SAVIANI, 1996).

A educação é a razão, a aprendizagem e o conflito, ou seja, a transformação da realidade, intervenção direta da história. Portanto, a educação é ampla, com muitas faces e varia em conformidade com o espaço humano-racional em que lhe é possível aflorar (LEITE, 2002).

A educação brasileira, ao longo de sua história, tem sido atrelada aos aspectos sociais, econômicos e políticos que regem a sociedade (SCARIOT, 2009). Dessa forma, para se chegar à compreensão do ensino profissionalizante brasileiro, há que se ter uma visão do contexto social do qual é parte e com o qual estabelece uma permanente relação de interesses.

A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional), (BRASIL, 2000, p.09).

Para Scariot (2009) é inegável, na educação brasileira, uma separação entre o ensino secundário, com a predominância propedêutica, para os oriundos dos setores sociais altos e médios e o ensino voltado para a formação de mão de obra, para oriundos das camadas menos favorecidas.

A formação para o trabalho nos primeiros momentos do Brasil republicano foi um recurso largamente utilizado pela classe dirigente como meio de contenção do que ela considerava desordem social (BRASIL, 2010).

No ano de 1909, o presidente Nilo Peçanha criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, primárias e gratuitas, destinadas principalmente a atividades industriais e patronatos agrícolas, através do Decreto Lei nº 7.566, de 23 de setembro.

Essas escolas foram consideradas o marco inaugural do ensino técnico profissional no país. Tiveram um caráter marcadamente assistencialista, destinadas a oferecer a qualificação profissional para as camadas da população marginalizada, os desvalidos, os desafortunados,

de maneira a oferecer maiores oportunidades de acesso aos empregos, tanto urbanos como rurais, que exigiam baixos níveis de escolaridade (NAGLE, 2001).

Além disso, fica claramente identificado, na origem dessas instituições, o atributo de instrumento do governo no exercício de uma política de caráter moral-assistencialista se for considerado que:

[...] os objetivos das Escolas de Aprendizes Artífices associavam-se a qualificação de mão de obra e o controle social de um segmento especial: os filhos das classes proletárias, jovens e em situações de risco social, pessoas potencialmente mais sensíveis à aquisição de vícios e hábitos “nocivos” a sociedade e à construção da nação (BRASIL, 2010, p.10).

Essas escolas buscaram manter a classe social desfavorecida com o mínimo necessário para sobreviver através do ensino profissional, para fazer parte do mercado de trabalho. Deixando de estar totalmente desassistida, como fora até este momento, onde somente a elite recebia a educação escolar, principalmente, os cursos superiores (SOARES, 2003).

Entre 1930 a 1945 a economia brasileira desloca-se da atividade agroexportadora para a industrial. Inicia-se o capitalismo industrial nacional (BRASIL, 2010).

As escolas públicas profissionalizantes foram ao encontro dos interesses do capital industrial ao se vincularem às políticas de desenvolvimento econômico: “qualificar mão de obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país [...] objetivo que se complementa com a manutenção, sob controle social, dos excluídos dos processos de produção” (BRASIL, 2010, p.10).

As Escolas de Aprendizes e Artífices, a partir de 1942, passaram a funcionar como Escolas Industriais e Técnicas e com isso passaram a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao secundário. Em 1959, iniciou o processo de transformação em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. Ganham autonomia didática e de gestão e intensificaram a formação de técnicos, ou seja, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização (BRASIL, 2010).

As décadas de 1970 e 1980 caracterizaram-se pelo aumento de estudos relativos às influências das inovações tecnológicas, o que trouxe a necessidade de profissionais com maior capacitação, capazes de interagir com as novas situações e mudanças. O mercado passou a exigir profissionais mais qualificados. A inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões configuram as novas competências além da destreza manual, já que instalações e equipamentos modernos e complexos demandam níveis de educação e qualificação mais elevados (BRASIL, 2000).

Nesse período, alguns acontecimentos se destacam. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna, de maneira compulsória, todo o currículo de segundo grau em técnico-profissional. Além disso, a Lei nº 6.545, em 1978, transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, o que confere a essas instituições a atribuição de formar engenheiros de operação e tecnólogos. Esse processo se estendeu às outras instituições anos mais tarde (BRASIL, 2010).

No âmbito mundial, o processo de globalização consolidou-se. O cenário era de profundas e polêmicas mudanças com a intensificação da aplicação da tecnologia associando-se a uma nova configuração dos processos de produção. No Brasil, a década de 1980 e o

início da década de 1990 caracterizaram-se pela disparada inflacionária, retração do crescimento e grande descontrole da economia (BRASIL, 2010).

Com a promulgação da Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, aconteceu outra reforma no ensino profissionalizante no segundo grau, pois esta alterou dispositivos da Lei nº 5.692/71, no que se refere à obrigatoriedade da profissionalização (SOARES, 2003). “As escolas de segundo grau reverteram suas grades curriculares e passaram a oferecer o ensino acadêmico, às vezes, acompanhado de um arremedo de profissionalização” (BRASIL, 2000, p. 17). O que, de certa maneira, somado a crise do Estado, refletiu na retração da formação de técnicos em grande escala. (BRASIL, 2010).

No ano de 1994 foi criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, através da Lei nº 8.948, que instituiu o Conselho Nacional de Educação Tecnológica, como órgão consultivo do Ministério da Educação e Desporto - MEC e com a finalidade de assessorá-lo no cumprimento das políticas e diretrizes da Educação Tecnológica (SOARES, 2003).

Em 20 de novembro de 1996 foi aprovada a Lei nº 9.394, considerada a segunda LDB, que trata da Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica. Segundo Soares (2003) a Educação Profissional ficou descolada da Educação Básica que é subdividida em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, retomando com mais ênfase a velha dualidade expressa em duas redes distintas: ensino profissional para os pobres e ensino humanista-acadêmico, de cunho propedêutico, para os ricos.

No ano seguinte, os artigos da LDB que tratam da Educação Profissional são regulamentados pelo Decreto nº 2.208/97.

Posteriormente, o processo de transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas em CEFETs, iniciado em 1978, é retomado em 1999 (BRASIL, 2010).

Novas medidas para a educação profissional e tecnológica aconteceram com a substituição do Decreto nº 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/04, que prevê o desenvolvimento da educação por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e, educação tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2010).

Em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892 foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a qual criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais serão detalhados posteriormente. Antes, cabe um olhar sobre o ensino técnico agropecuário no Brasil.

2.2. O Ensino Técnico Agropecuário

A regulamentação do ensino agrícola ocorreu, em todos os seus graus e modalidades, em 1910, através do Decreto nº 8.319, de 20 de outubro. O mesmo decreto criou a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária - ESAMV, no Rio de Janeiro e estabeleceu as normas para criação e funcionamento de aprendizados agrícolas, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos práticos, cursos ambulantes, estações e fazendas experimentais, postos zootécnicos e outras instituições (SOARES, 2003).

Mais tarde, em 1918, foram criados os Patronatos Agrícolas que tinham o objetivo de oferecer ensino profissional e noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos. Logo em seguida, foram transformados em institutos de assistência, proteção e tutela moral. Uma espécie de orfanato de menores desvalidos (SOARES, 2003).

Em 1940, o governo criou a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV, ligada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, como órgão responsável pela orientação e fiscalização das profissões agrícolas de nível superior - agronomia e veterinária, por ministrar o ensino médio elementar da agricultura, por promover a educação direta das populações rurais e por realizar estudos e pesquisas educacionais aplicadas à agricultura (SOARES, 2003).

Com a promulgação da Quinta Constituição Brasileira criou-se um conjunto de leis chamadas de Leis Orgânicas da Educação Nacional, conhecido como Reforma Capanema. Onde, em 1946, foi criada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, através do Decreto-Lei nº 9.613, a qual acenava com uma equiparação dos cursos técnicos aos propedêuticos, mas limitava-se a oferecer uma equiparação em termos de duração dos cursos, sendo o acesso ao ensino superior vinculado à formação recebida em nível técnico, ou seja, no caso do indivíduo oriundo do Ensino Agrícola só seria permitido o acesso a curso superior da área agropecuária. Ficava explícito que o objetivo do ensino secundário era o de formar as elites condutoras do país e o do ensino profissional era o de oferecer formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, àqueles que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho (SOARES, 2003).

O Decreto-Lei nº 9.613/1946 classificou os estabelecimentos de ensino agrícola em: Escolas de Iniciação Agrícola, que se destinavam a oferecer o curso de iniciação agrícola que iria preparar o operário agrícola qualificado; as Escolas Agrícolas, que iriam preparar o mestre agrícola e as Escolas Agrotécnicas, que ofereceriam o curso agrícola técnico e poderiam oferecer também os cursos de mestría agrícola, iniciação agrícola e os cursos agrícolas pedagógicos.

A plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, sem necessidade de exames e provas de conhecimentos, só veio a ocorrer a partir de 1961, com a promulgação da Lei Federal nº 4.024/61, a primeira LDB (Brasil, 2000).

Com a LDB foram fixadas normas para o funcionamento dos cursos técnicos: industrial, agrícola, comercial e secundário. As antigas Escolas de Iniciação Agrícola e Escolas Agrícolas foram agrupadas sob a denominação de ginásios, ministrando as 4ª séries do 1º ciclo (ginásial) e mantendo a expedição do certificado de Mestre Agrícola e as Escolas Agrotécnicas passaram a denominar-se Colégios Agrícolas, ministrando as três séries do 2º ciclo (colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura (SANCHES, 2002).

Essa primeira LDB equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, sepultando, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para elites condutoras do país e ensino para desvalidos da sorte (BRASIL, 2000).

Nos anos seguintes, entre junho de 1964 e janeiro 1968 foram firmados acordos com várias instituições, entre elas o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID. Estes convênios tinham a finalidade de assistência técnica, financeira e a reorganização do sistema educacional.

Segundo Romanelli (1998), estes acordos tiveram grande abrangência e atingiram todo o sistema de ensino brasileiro, favorecendo mais o país fornecedor (EUA) do que o país

beneficiário (Brasil). Entre as atividades prestadas pelos acordos estava o treinamento de técnicos e docentes brasileiros para implantações das reformas.

No início da Ditadura Militar, pós-64, o Governo Brasileiro investiu no Ensino Agrícola, o qual julgava um aliado para resolver os graves problemas enfrentados pela agricultura. O governo considerava que o problema rural era um problema educacional (ROSSETO, 2009).

Durante este período (1967-1970), a Diretoria de Ensino Agrícola – DEA orientou-se no sentido de reformular a filosofia do Ensino Agrícola, sendo implantada, então, a metodologia do Sistema Escola-Fazenda – SEF, que se baseou no princípio "aprender a fazer, fazendo" (COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGRÍCOLA DE NÍVEL MÉDIO DO BRASIL, 1984, p.20).

Em 1969, foi criado o Centro Nacional para Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional – CENAFOR, que visava formar docentes para as disciplinas específicas dos cursos técnicos, realizar pesquisas e publicar material sobre formação profissional como, por exemplo, o manual da Escola-Fazenda, que orientou a implantação da metodologia em toda a rede (SOARES, 2003).

Segundo Fonseca (1998), a implantação do SEF é parte integrante do conjunto de ações preconizadas pelo Banco Mundial, em especial visava reforçar o modelo norte-americano de desenvolvimento rural, que fundamentava o enfoque pedagógico da escola-fazenda no ensino agrícola brasileiro. O SEF foi implantado nas escolas agrotécnicas federais do Brasil com o objetivo de difundir as inovações técnicas do modelo agrícola convencional na agricultura brasileira, as quais trouxeram graves consequências para a população rural e ao meio ambiente.

O SEF, basicamente, era uma fazenda modelo com finalidade didática, onde existiam as criações de animais e as plantações as quais eram chamadas de Unidades Educativas de Produção – UEPs. Possuía três unidades de agricultura (olericultura, culturas anuais e culturas perenes) e três de zootecnia (pequenos, médios e grandes animais), além de indústrias rurais e oficinas rurais (ROSSETO, 2009).

Segundo Rosseto (2009, p. 22), o SEF foi elaborado para formar uma mão de obra técnica sem nenhuma preocupação em formar cidadãos livres, como mostra o trecho abaixo:

A implantação do SEF surgiu como uma nova face do Ensino Agrícola Brasileiro, elaborada de acordo com as diretrizes econômicas dos Estados Unidos da América para a agricultura brasileira. Buscava garantir a formação de mão de obra essencialmente técnica, desprovida de formação crítica da realidade agrícola do país, como forma de resistência à propagação das ideias de liberdade política que os movimentos de trabalhadores do campo levavam aos trabalhadores brasileiros, apoiados pelo referencial marxista de análise da sociedade capitalista. Era preciso retirar a reflexão do currículo das escolas técnicas. Não existia a pretensão de formar cidadãos livres, mas sim trabalhadores com qualificação técnica e com baixo valor no mercado. Um prisioneiro das leis capitalistas, um operário-padrão adequado e parte integrante do modo de produção capitalista.

Em 09 de julho de 1973, pelo Decreto nº 72.434 foi criada a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI, que tinha a missão de gerenciar toda a rede de Educação Agrícola de Nível Médio do Brasil e implementar efetivamente o SEF nas escolas agrícolas e possuía estreita relação com as exigências impostas pelo Banco Mundial para liberação de recursos para a implantação do SEF. Existiu durante a vigência do projeto do Banco Mundial

que previa a implantação do SEF nas escolas, visando a modernização da agricultura brasileira, por isso, foi extinta em 1986 com o término do acordo com o Banco Mundial (ROSSETO, 2009).

Com o Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979, as instituições de Ensino Agrícola ligadas a COAGRI passaram a chamar-se Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs, acrescidas do nome do município onde estavam localizadas.

No ano de 1986, através do Decreto n.º 93.613, foi criada a Secretaria de Ensino de Segundo Grau - SESG, que absorveu as atividades da COAGRI, ficando responsável pela administração das EAFs. Posteriormente, o Decreto n.º 99.244/90, que reorganizou a Administração Federal, alterou a SESG para Secretaria Nacional de Educação Tecnológica - SENETE, que em 1992 passou à denominação de Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC (SANCHES, 2002).

No ano de 2004 a SEMTEC passou a ser denominada Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

A partir dos anos 90, segundo Soares (2003), no Brasil, a base doutrinária é buscada em documentos do Banco Mundial, que dão as linhas de ação para as políticas educacionais nos países da América Latina e do Caribe. É a globalização da economia. Educar para a empregabilidade passa a ser a tônica dos discursos, retomando a lógica de que a maior capacidade do indivíduo, sua qualificação e as competências que conseguir adquirir, serão responsáveis pela sua inserção mais rápida no mercado de trabalho cada vez mais competitivo. O neoliberalismo ancora a nova ordem econômica mundial.

Em relação à organização da educação profissional de nível técnico por áreas profissionais tem-se a informação de que ocorreu através da resolução nº 4, de dezembro de 1999, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a qual instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. As áreas profissionais passam a ter caracterizações, competências profissionais gerais e carga horária mínima para cada habilitação, sendo a carga horária mínima da habilitação na área profissional da agropecuária de 1.200 horas (ROSSETO, 2009).

Segundo esta resolução, em seu artigo 6º, "entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho" (BRASIL, 1999).

O Decreto nº. 5.154/04 caracteriza a política educacional do Governo Lula, a qual define que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio e que esta articulação dar-se-á de três formas: integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio.

O ano de 2008 marcou o auge da política do Governo Lula com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2009).

Para Maués, Gomes e Mendonça (2008), no Governo Lula acentuou-se a idéia de formação profissional como importante mecanismo capaz de possibilitar ao país o seu ingresso nos mercados globalizados e competitivos, acentuando o ideário da educação profissional como uma das alavancas para o crescimento econômico.

A educação é exaltada como o mecanismo capaz de elevar a posição do país no cenário competitivo mundial, desviando a compreensão de que a riqueza de uma nação está localizada nas mãos de quem detém os meios de produção e que, nesta perspectiva, a formação profissional passou a integrar o rol de políticas do Governo Federal, visando à redução da desigualdade social e o desenvolvimento do país (MAUÉS; GOMES; MENDONÇA, 2008).

Não é pretensão deste trabalho fazer uma análise crítica das políticas públicas para a educação profissional, apesar de considerar-se pertinente a crítica dos autores acima sobre os objetivos intrínsecos da educação profissional atual. E também, não é pretensão analisar exaustivamente o Decreto nº 5.154 de 2004, art.4º, que aborda as formas do ensino profissional mas, é significativo pensar nos objetivos do Ensino Médio Integrado que, segundo Frigotto (2005), possibilitam a construção de sujeitos emancipados e críticos:

O ensino médio, concedido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida. Trata-se de uma base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte. Dominar no mais elevado nível de conhecimento estes dois âmbitos é condição prévia para construir sujeitos emancipados, criativos e leitores críticos da realidade onde vivem e em condições de agir sobre ela. Este domínio, também, é condição prévia para compreender e poder atuar com as novas bases técnico-científicas do processo produtivo (FRIGOTTO, 2005, p.12).

A formação profissional específica, para ser efetiva, tem que ter como condição prévia à educação básica (fundamental e média) e articular-se a ela e às mudanças científico-técnicas do processo produtivo imediato (FRIGOTTO, 2005).

Essa foi a trajetória histórica do Ensino Técnico Agropecuário no Brasil, o qual contou com várias mudanças em seus objetivos. Dentro dessa perspectiva foi fundada a Escola Agrícola de Passo Fundo, no RS, a qual tem sua história traçada e contextualizada na próxima seção.

2.3. Histórico do IFRS - Campus Sertão

O IFRS - Campus Sertão foi criado através da Lei nº3.215, de 19 de julho de 1957, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo. Iniciou seu efetivo funcionamento em 1963.

Em 13 de fevereiro de 1964, passou a denominar-se Ginásio Agrícola de Passo Fundo, através do Decreto nº 53.558.

Mais tarde, foi autorizado a funcionar como Colégio Agrícola de Sertão pelo Decreto nº 62.519, de 09 de abril de 1968, havendo a transferência da administração, mediante convênio, para a Universidade de Passo Fundo – UPF.

Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979, passou a chamar-se Escola Agrotécnica Federal de Sertão, subordinada a SEMTEC e mantida pelo MEC, que coordenava o Sistema Nacional de Educação Tecnológica das Escolas Agrotécnicas Federais.

A Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993 transformou a escola Agrotécnica Federal de Sertão em autarquia federal, com autonomia administrativa e pedagógica.

Depois dessa trajetória histórica, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, integrou-se ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, onde passou a denominar-se Campus Sertão.

O IFRS - Campus Sertão está localizado no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, na zona rural do Município de Sertão, a 25 quilômetros de Passo Fundo, região Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Atende cerca de 600 alunos, sendo 271 residentes na casa do estudante, em regime de internato. Os quais provêm de mais de 120 municípios das microrregiões Nordeste, Noroeste, Norte e Região da Produção, especialmente do Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir de 2010, o Campus ampliou a oferta de vagas contando com os seguintes cursos:

Cursos Técnicos

- Técnico em Agroindústria – modalidade subsequente ao ensino médio;
- Técnico em Manutenção e Suporte de Informática – modalidade subsequente ao ensino médio;
- Técnico em Agropecuária – modalidade subsequente ao ensino médio (e o integrado, já citado);

Cursos Superiores

- Agronomia;
- Zootecnia;
- Licenciatura em Ciências Agrícolas;
- Tecnologia em Agronegócio;
- Tecnologia Alimentos;
- Tecnologia em Gestão Ambiental;

Formação Pedagógica de Docentes – para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, médio e de educação profissional de nível médio;

Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico (Proeja)

- Agroindústria - modalidade Educação de Jovens e Adultos;
- Comércio – modalidade Educação de Jovens e Adultos;
- Informática - modalidade Educação de Jovens e Adultos.

O curso técnico em agropecuária é o carro chefe da instituição, onde estão matriculados mais de 400 alunos.

Cabe ressaltar que várias mudanças ocorreram na estrutura de funcionamento e nas práticas educativas do IFRS – Campus Sertão, assim como no cenário da educação profissional brasileira após a promulgação da Lei nº 11.892/ 2008.

Na próxima seção buscou-se compreender a tendência política da educação profissional do governo federal até a criação dos Institutos Federais, observando suas principais características e objetivos.

2.4. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A política federal de educação, a partir de 2003, passa a ter como foco a qualidade social e não mais o fator econômico como fora até então. Dentro dessa ótica, o governo federal passa a investir nas instituições federais de educação profissional e tecnológica. Essas instituições passam a ocupar-se “de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional [...] como melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (BRASIL, 2010a, p.14).

A expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória (BRASIL, 2010a, p. 14).

Em vista disso, decide-se ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica. A primeira fase de expansão iniciou em 2006, com o objetivo de implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados que ainda não contavam com essas instituições, além de periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos. A segunda fase iniciou em 2007. Pretendia inaugurar uma escola técnica em cada cidade pólo do país (BRASIL, 2010a).

A intenção de se alcançar o número de 366 unidades de ensino fez emergir a necessidade de se discutir a forma de organização dessas instituições, assim como explicitar seu papel no desenvolvimento social do país.

Em virtude dessas discussões, o governo federal, através do MEC, criou um modelo institucional inovador em termos de proposta político-pedagógica, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. “Estas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país” (PACHECO, 2010, p.09).

O modelo dos institutos federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2010a, p. 18).

A efetiva criação dessas instituições ocorreu no dia 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, que inaugurou 38 institutos, com aproximadamente 314 campi e várias unidades avançadas distribuídos por todo o território nacional. Atuam, com 50% das vagas para os cursos técnicos, em sua maioria na forma integrada ao ensino médio e com 20% para as licenciaturas. Oferecem também graduações tecnológicas e podem disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados para pesquisa aplicada à inovação tecnológica (PACHECO, 2010).

Segundo Silva (2009) os Institutos Federais têm como foco a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vista à inclusão social, assim como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Elas precisam dar respostas rápidas às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas (PACHECO, 2010, p. 10).

Para Pacheco (2010) os Institutos Federais articulam-se com outras políticas sociais, pois através de suas ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região, tornam-se observatórios de políticas públicas. Constituem um espaço fundamental na construção do desenvolvimento local e regional e vão além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas pelo mercado.

Essa nova concepção da educação profissional e tecnológica tem como “principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para a irradiação das ações o desenvolvimento local e regional” (BRASIL, 2010a).

O diálogo dos Institutos Federais com a realidade local e regional onde estão inseridos, objetiva um olhar criterioso na busca de soluções para a realidade de exclusão na sociedade brasileira, referente ao direito e aos bens sociais. Essas Instituições devem focar o desenvolvimento local e regional, a vocação produtiva da região onde esta inserida, mas sem esquecer do incremento dos novos saberes (BRASIL, 2010a).

Assim, cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. É essa concepção que dá suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, qual seja, as mesorregiões. A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência (BRASIL, 2010a, p. 23).

Dentro da perspectiva de atuação dos Institutos Federais nas mesorregiões onde estão inseridos, tendo como um de seus objetivos a inclusão social e o desenvolvimento regional, surgem, em 2010, questionamentos sobre os investimentos em assistência estudantil necessários para esse fim. A localização e abrangência dessas instituições pedem políticas voltadas a garantias de permanência e conclusão dos cursos por estudantes carentes.

Essas discussões ganham força e respaldo legal com a publicação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Esse documento, em seu artigo 4º, garante às Instituições Federais de Ensino

Superior e aos Institutos Federais, a execução das ações de assistência estudantil, que “devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”(BRASIL, 2010b).

Neste contexto, pode-se perceber que os Institutos Federais precisam oferecer ações de assistência estudantil aos alunos atendidos. As ações podem ser oferecidas de várias formas, englobando a saúde, a cultura e atenuando a carência financeira. O oferecimento da moradia escolar para os estudantes que não tenham condições de custear suas despesas é um exemplo de uma ação assistencial efetiva. Assim, o internato escolar pode ser compreendido como uma forma de atender ao preconizado na lei supracitada. Portanto, a próxima seção aborda este tema a fim de subsidiar as análises propostas neste trabalho.

2.5. O Internato Escolar

Segundo o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF (2010) a história do ensino no Brasil demonstra, desde sua criação, a relação direta entre assistência estudantil e o sucesso do ensino ministrado, pois, a grande maioria destas instituições nasceu com alunos em regime de internato. Salienta que, por conta das metas e ações de expansão do ensino técnico e tecnológico, as preocupações referentes à assistência estudantil continuam e até aumentaram.

O internato escolar destinava-se ao atendimento de populações de baixa renda como supressão de deficiências familiares e como uma das práticas sociais de modelagem da subjetividade.

Na história do ensino agrícola constata-se que, em 1918, foram criados os Patronatos Agrícolas com o objetivo de oferecer ensino profissional e que, logo em seguida, foram transformados em institutos de assistência, proteção e tutela moral. Para Nagle (2001), os Patronatos se destinavam às classes pobres e visavam à educação moral, física e profissional dos menores desvalidos e aqueles que a família não tinha condições de educar. As práticas educativas se fundamentavam no trabalho agrícola sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora para incorporá-los no meio rural. Os internados deveriam ser desvalidos, ter idade entre 10 a 16 anos, não delinquentes, nem portadores de doenças contagiosas ou deficiência orgânica que os inabilitassem para trabalhos agrícolas ou de indústrias rurais.

Segundo Goffman (1974), o internato, compreendido através da definição de “instituição total”, trata-se de um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Na opinião de Holahan e Wandersman (1987), a principal característica dos internatos é a alta densidade. Esse tipo de ambiente é frequentemente associado com encontros não desejados e não previstos, ou seja, com a perda do sentimento de privacidade, que diz respeito à capacidade do indivíduo de controlar o seu contato social com o grupo e outros residentes. Segundo Benelli (2003), o estudante também está bastante sujeito ao sistema autoridade e controle institucional (normas sobre a admissão, expulsão, regulamentos, aproveitamento acadêmico e comunitário e condições de graduação), dentro do internato.

O controle exercido sobre a vida dos internos pode ser identificado através da sequência rígida de papéis e horários, proibições de visitas fora de horários previstos e

distribuição dos indivíduos nos espaços coletivos. A perda do próprio nome e da aparência usual, através do uso de uniformes e apelidos, assim como a perda de sentido de segurança pessoal, sugere a violação da reserva da informação quanto ao “eu”, ilustrada especialmente pela existência de dormitórios coletivos e banheiros sem porta.

Através deste processo, a instituição parece impor ao interno uma disciplina de atividade e uma disciplina de ser que gera mudanças radicais na sua forma de o internado perceber a si e aos outros (GOFFMAN, 1974).

Segundo Conceição (2006) o regime imposto nos internatos poderiam ser equiparados aos rigores dos quartéis ao mesmo tempo em que o internato se apresentava como única oportunidade de mudança na qualidade de vida:

A pobreza e a procedência rural da maioria dos internos eram fatores que facilitavam a adaptação à rotina de tarefas práticas nos núcleos agropecuários e nas oficinas (selaria, carpintaria e ferraria) e a conformação aos rigores disciplinares de um regime de quartel. Muitos já estavam acostumados ao trabalho, pois ajudavam à família na execução de tarefas agrícolas. Por outro lado, procediam de famílias rurícolas pobres cujas condições de sobrevivência e as oportunidades de estudo eram difíceis ou inexistentes. Assim, para muitos, a instituição apresentava-se como única oportunidade objetiva para melhorar as condições de vida (CONCEIÇÃO, 2006, p.6-7).

Segundo Benelli (2002), a subjetividade (modo de ser, sentir, pensar e agir constitutivos do sujeito em determinado momento histórico) é tecida, no contexto institucional, pela rede de micropoderes que sustenta o fazer cotidiano (institucional), operando efeitos de reconhecimento-desconhecimento dessa ação concreta.

As instituições implementadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam – quando realizam – os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas produzem determinada subjetividade. Sujeitos são fundados no interior das práticas. O pensamento costuma retificar objetos e sujeitos que só existem enquanto se produzem e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais (BENELLI, 2002).

A SEMTEC apresentou, em 1994, um relatório sobre o internato nas EAFs. O documento, com o objetivo da modernização do Ensino Agrícola Brasileiro, salienta que “no contexto do Sistema Escola-Fazenda, deve ficar bem caracterizado o regime de residência pedagógica, ou seja, o regime de internato em conexão com os projetos específicos das Unidades Educativas de Produção, aí incluídos os plantões de final de semana e o rodízio de férias” (BRASIL, 1994 p.23).

O documento critica a acomodação da administração das Escolas em encarar o regime de internato como uma missão assistencialista, de caráter paternalista e não apenas em sua missão básica de formação e qualificação de recursos humanos. O que retoma o objetivo de criação dos Patronatos Agrícolas, em 1918.

A Comissão levanta questões da superlotação nos alojamentos que propiciariam a indisciplina e a disseminação de doenças infecto-contagiosas, os efeitos negativos causados pela ausência da família, o alto custo para manter os internos e o desvio do objetivo pedagógico aos alunos para suprir a falta de mão de obra nas escolas como justificativa para diminuir o número de alunos contemplados com o internato (BRASIL, 1994).

Assim, o documento, sugere uma maior integração entre as escolas e as comunidades onde estão inseridas para que sejam oportunizados outros meios de atendimento aos internos, ampliando o número de vagas semi-internas e externas e, reservando um terço de 30% das

vagas para alunos carentes residirem no internato. E, usa a sugestão como justificativa para a melhor qualidade das aulas dos cursos agrotécnicos que, também, poderão deter maior investimento “naquilo que envolve a formação integral do aluno como: atividades cívicas, culturais, artísticas, esportivas, recreação e lazer” (BRASIL, 1994, p.13).

Com isso, vê-se a mudança de objetivo dos internatos das EAFs, as quais, hoje, fazem parte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que deixaram na história o assistencialismo, pelo menos nos documentos oficiais do país de 1994.

Atualmente, a questão do internato escolar, como parte de um conjunto de ações de assistência estudantil, volta a ser a tônica das discussões sociais, em vista do programa do Governo Federal de ampliação do acesso à educação pela população brasileira.

2.6. Novas Perspectivas de Assistência Estudantil para os Institutos Federais

Para a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, a educação é um bem público e o conhecimento, um patrimônio social. Ela defende o acesso e a permanência universal à educação superior preocupando-se, desde sua criação, com a política social de assistência aos estudantes. Tal fato resultou na criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, o qual, por meio de estudos, traçou o perfil socioeconômico dos alunos das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, e apresentou proposta de um Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAE à ANDIFES (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2007).

O estudo do FONAPRACE demonstrou que uma parcela significativa do seguimento estudantil em questão apresenta como uma das causas da evasão e da retenção escolar as dificuldades socioeconômicas. Com isso, salientou que a articulação de ações assistenciais em relação a questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde, são fundamentais para garantir a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2007).

Os princípios legais que levaram à reflexão e à revisão das práticas institucionais quanto à assistência estudantil e que foram norteadores da proposta do PNAE são os seguintes:

- a) Constituição Federal de 1988, que consagrou a educação como dever do Estado e da família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I),(BRASIL, 1988);
- b) LDB/96, que contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, a saber: “Art. 3º O ensino deverá ser ministrado nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;...” além de determinar, no Art. 1º, parágrafos 2º e 3º, do inciso XI, que a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, (BRASIL, 1996);
- c) Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a qual afirma que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, seus cursos, seus programas, seus projetos e seus setores,

- considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e as práticas de atendimento a estudantes e egressos (IX dimensão), (BRASIL, 2004b); e,
- d) Decreto nº 6.096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que em seu artigo 1º afirma que esse “tem por objetivo criar condições para ampliação de acesso e da permanência na Educação Superior” e, em seu artigo 2º, item V, que “o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil” (BRASIL, 2007a).

Em vista das discussões e propostas da ANDIFES e do FONAPRACE e considerando a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, o MEC, em 2007, instituiu, no âmbito da Secretaria de Educação Superior – SESU, o PNAES, através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro, o qual foi implantado em 2008 (BRASIL, 2007b).

Segundo a Portaria Normativa nº 39, de 2007, em seu artigo 2º “o PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão...”. E explica no Parágrafo único que as ações de assistência estudantil são iniciativas desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Ao final do ano de 2008, através da Lei nº 11.892, foram criados os Institutos Federais, com equiparação às instituições de ensino superior. Eles articulam a educação superior, básica e profissional, são especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2010a).

Logo em seguida da criação, as questões relacionadas à assistência estudantil passaram a ser debatidas por essas novas instituições, como é o caso do Grupo de Trabalho Assistência Estudantil – Financiamento - GTA, instituído pela Câmara de Educação no Campo e pelo Fórum de Educação no Campo ligados ao CONIF (CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2010).

Em 19 de julho de 2010, o debate sobre assistência estudantil passou a ter legalidade para essas instituições com a publicação do Decreto nº 7.234, o qual dispõe sobre o PNAES. A redação de seu artigo 4º afirma que:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

O Decreto nº 7.234/2010 acrescenta à Portaria Normativa nº 39/2007, em seu artigo 3º, como área de desenvolvimento das ações de assistência estudantil, o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades e superdotação. Enquanto que, em seus artigos 7º e 8º orienta que os recursos do PNAES serão repassados às IFES, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos artigos 3º e 4º e, que as despesas do mesmo correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC ou às IFES (BRASIL, 2010b).

Cabe ressaltar que os objetivos do PNAES, segundo o Decreto nº 7.234/2010, em seu artigo 2º, são: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão escolar e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Diante do exposto, pode-se perceber que a educação profissional tem ganhado destaque no sistema educacional brasileiro e que o governo tem buscado apoiar os estudantes carentes e necessitados ao longo da história. Inicialmente, o sistema de internato apresentava-se como um regime rígido e que chegava até a provocar transtornos psicossociais e físicos em alguns casos. Mas, na essência, eles visavam apoiar e dar assistência ao estudante e às famílias carentes. Atualmente, existe a preocupação com a qualidade social. Busca-se oferecer melhores oportunidades de permanência aos estudantes a fim de diminuir a evasão escolar e promover a inclusão social.

Em vista disso, este estudo tem como foco analisar a opinião da comunidade escolar sobre a destinação e ampliação das vagas do internato, no IFRS – Campus Sertão, assim como contextualizar o Campus na história da educação profissional brasileira, resgatando os objetivos de sua fundação, as mudanças institucionais ocorridas ao longo do tempo em relação às práticas de seleção discente e ao internato escolar, bem como desenhar o perfil socioeconômico dos estudantes dos atuais cursos técnicos oferecidos e traçar um comparativo entre o perfil socioeconômico dos alunos internos e externos, a fim de identificar aspectos que justifiquem ou não a oferta da residência escolar a alunos de um determinado curso em detrimento dos demais. Assim sendo, apresenta-se a seguir a metodologia utilizada para proceder tal análise.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Esta seção tem por finalidade descrever as atividades e procedimentos adotados e desenvolvidos nesta pesquisa, com vistas a atingir os objetivos propostos.

3.1. Método

O presente trabalho se caracteriza pelo uso da técnica de estudo de caso onde, optou-se por uma pesquisa em duas etapas. A primeira etapa exploratória (com análise qualitativa de dados), visando identificar fatores relevantes do histórico da fundação e do processo seletivo discente do IFRS – Campus Sertão e a opinião de profissionais da educação sobre a assistência estudantil, com ênfase na moradia escolar. A segunda etapa descritiva (com análise quantitativa), objetivou identificar o perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos técnicos oferecidos pela instituição e a investigar a necessidade de ampliação de políticas assistenciais para a permanência e conclusão dos cursos.

A pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, a subjetividade que não pode ser traduzida em números” (SILVA e MENEZES, 2001, p. 20). Segundo Marconi e Lakatos (2006a), o método qualitativo se desenvolve numa situação natural, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada. Já, a pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (SILVA e MENEZES, 2001, p.20).

O estudo de caso “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (SILVA e MENEZES, 2001, p. 21). Segundo Hormann (1975) a vantagem da utilização do método de estudo de caso reside no fato de se poder “criar tipologias e paralelamente identificar diversas variáveis contextuais e situacionais”, permitindo assim expandir a capacidade de análise através da comparação com outros casos e com um modelo teórico específico.

Uma pesquisa exploratória objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p.41). Além de prover critérios à compreensão, a pesquisa exploratória é utilizada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão, identificar ações relevantes ou obter dados adicionais ao seu desenvolvimento (MALHOTRA, 2006). Na pesquisa exploratória, os procedimentos adotados são flexíveis, versáteis e não estruturados, podendo consistir em entrevistas pessoais (MALHOTRA, 2006). A pesquisa exploratória, por proporcionar uma visão mais geral de determinados fatos, normalmente constitui a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla (GIL, 1995). “O produto final desse processo passa a ser um problema mais bem esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (GIL, 1995, p.38).

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relação entre variáveis. “Envolve o uso de técnicas padronizadas de coletas de dados: questionário e observação sistemática” (SILVA e MENEZES, 2001, p. 21).

3.2. População e Amostra

Segundo Silva e Menezes (2001), população é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. E ainda, sobre a amostra, diz que é a parte da população ou do universo, selecionado de acordo com a regra ou plano e, pode ser probabilística ou não-probabilística.

Um meio eficaz de se constituir um grupo deste universo e que foi observado nessa pesquisa, é a amostra não-probabilística, definida por acessibilidade. Gil (1999) a considera a menos rigorosa de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam de alguma forma representar o universo.

Portanto, a população considerada para a realização da presente pesquisa foi a comunidade interna do IFRS – Campus Sertão, constituída por servidores técnicos administrativos e docentes e por alunos dos cursos técnicos.

A amostra do trabalho foi composta por seis docentes voluntários do Campus, ligados ao processo seletivo discente e a história da fundação do Campus e 358 alunos dos cursos técnicos oferecidos pela instituição no presente ano.

3.3. Etapa Exploratória

A partir de uma carta de apresentação (Apêndice A) o projeto de trabalho foi trazido à Direção do IFRS – Campus Sertão e, em seguida foi solicitado o consentimento da instituição para a realização da pesquisa em suas dependências e com os membros de seu corpo docente e discente (Apêndice B).

Esta etapa constituiu-se de entrevistas com docentes do Campus Sertão a fim de gerar uma maior familiarização com o tema da pesquisa, bem como fornecer subsídios à elaboração e aplicação da etapa descritiva.

O instrumento de coleta utilizado nessa etapa foi entrevista semiestruturada, que segundo Triviños (2001), esse tipo de entrevista inicia com um número de perguntas e, à medida que o entrevistado responde a uma pergunta, outras vão se originando a partir desta, tornando-se um diálogo entre o entrevistado e o entrevistador. É também classificada como entrevista em profundidade e deve ser aplicada de forma direta, pessoal e individual (MALHOTRA, 2006). Apesar de levar mais tempo para exposição das idéias, essa técnica, permite um maior aprofundamento do tema e a associação direta dos dados com o respondente (MATTAR, 1999).

3.3.1. Coleta de dados

Foram realizadas seis entrevistas, entre março e abril de 2010, com docentes voluntários do Campus. Desses, quatro foram membros da Comissão do Processo Seletivo 2010, identificados com as siglas MCS.01 a 04, (Membros da Comissão do Processo Seletivo), que tiveram relação direta com a seleção discente dos cursos técnicos. Atuam profissionalmente na instituição de três anos e meio a 19 anos, sendo que um deles é ex-aluno da mesma. E, os outros dois docentes que acompanharam o processo histórico do Campus Sertão, reconhecidos pelas siglas HPS.01 e 02 (Histórico do Campus Sertão), onde um deles

atua profissionalmente há mais de 15 anos e o outro há 27 anos e também é ex-aluno. O Quadro 1 especifica as características dos entrevistados e as condições das entrevistas.

Quadro 1 – Caracterização dos servidores entrevistados

Período da entrevista	Local da entrevista	Representação/Codificação do entrevistado	Formação profissional	Tempo de atuação	Ex-aluno
Abril 2010	Local de trabalho	Membro da Comissão do Processo Seletivo – MCS.01	Ms. em Educação Agrícola	Quatorze anos	Não
Março 2010	Local de trabalho	Membro da Comissão do Processo Seletivo – MCS.02	Dr. em Ciência da Educação	Doze anos	Não
Abril 2010	Local de trabalho	Membro da Comissão do Processo Seletivo – MCS.03	Ms. em História	Três anos e meio	Sim
Março 2010	Local de trabalho	Membro da Comissão do Processo Seletivo – MCS.04	Ms. em Educação	Dezenove anos	Não
Março 2010	Local de trabalho	Histórico do Campus Sertão – HPS.01	Egº Agrônomo	Vinte e sete anos	Sim
Mai 2010	Local de trabalho	Histórico do Campus Sertão – HPS.02	Ms. em Agronomia	Quinze anos	Não
Total de entrevistas: seis					

Os participantes foram escolhidos por acessibilidade, visto que permanecem em exercício na instituição. A técnica de contato empregada foi a entrevista pessoal conduzida pela entrevistadora.

As entrevistas foram conduzidas da seguinte maneira: primeiro foi perguntado aos possíveis entrevistados se estavam dispostos a participar da pesquisa. Nos casos em que os mesmos mostraram-se dispostos foi realizada a entrevista. Antes do início de cada entrevista foram expostos os objetivos da pesquisa e os motivos que levaram a pesquisadora a escolhê-lo como entrevistado. Também foi solicitado previamente aos entrevistados, autorização para gravação de áudio das entrevistas. Todos concordaram com tal procedimento. As entrevistas tiveram duração média de 40 minutos. Os protocolos de entrevista foram compostos de perguntas-tema. As entrevistas feitas aos docentes quanto a fundação do Campus referiram-se ao histórico da instituição, os objetivos de sua criação, as características do internato escolar e o histórico do processo seletivo, assim como a opinião sobre a destinação da casa do estudante atualmente. Aos membros da comissão do processo seletivo 2010 as perguntas referiram-se ao processo seletivo, ao internato e também, a opinião sobre a destinação da casa do estudante. Os protocolos de entrevistas encontram-se no Apêndice C e D, respectivamente.

3.3.2. Análise dos dados

Após a realização das entrevistas elas foram transcritas *ipsis litteris* e o conteúdo foi analisado qualitativamente a partir da criação de categorias de análises, objetivando verificar os dados e as variáveis que emergiam. A partir desses dados partiu-se para a pesquisa descritiva, etapa quantitativa da pesquisa, que contou com a utilização de questionário como instrumento.

3.4. Etapa Descritiva

Nesta etapa, optou-se pela aplicação de questionário como instrumento de coleta de dados, formulado a partir dos objetivos da pesquisa e dos conteúdos emergentes da etapa exploratória.

Segundo Silva e Menezes (2001), o questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. Deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções, as quais devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento.

A etapa quantitativa abrangeu os seguintes estágios: elaboração do questionário/instrumento de coleta, pré-teste do questionário, reformulação do questionário, determinação do tamanho da amostra, escolha do período de aplicação dos questionários e análise dos dados.

3.4.1. Pré-teste do questionário e definição do instrumento de coleta

O pré-teste é a tarefa decisiva na validação do instrumento de coleta. Deve estar focado na avaliação do instrumento e não nos objetivos da pesquisa, precisa obter do entrevistado as dificuldades, constrangimentos e termos considerados confusões no instrumento (GIL, 2002).

De acordo com Marconi e Lakatos (2006b), no pré-teste, as falhas devem ser identificadas, questões reformuladas, modificadas, ampliadas ou eliminadas, de tal forma que explicita os objetivos e facilite a aplicação. Além disso, o pré-teste deve apresentar três elementos importantes: fidedignidade (qualquer pessoa que o aplique terá sempre os mesmos resultados); validade (os dados recolhidos são necessários à pesquisa); e, operatividade (vocabulário acessível e significado claro).

A primeira versão do instrumento de coleta de dados foi submetida a um pré-teste no dia 17 de junho de 2010, na instituição escolar, contando com a colaboração de 11 alunos voluntários. Foi solicitado aos participantes uma análise crítica do instrumento de coleta com apontamento das dificuldades encontradas.

Após essa fase, todos os apontamentos foram analisados e o questionário sofreu significativas modificações, a fim de evitar dúvidas aos respondentes e de eliminar questões desnecessárias aos objetivos do trabalho.

3.4.2. Descrição do instrumento de coleta final

O questionário foi composto por 20 questões de múltipla escolha, que, segundo Silva (2001, p. 34), são questões “fechadas com uma série de respostas possíveis”. As perguntas de 01 a 07 buscaram identificar o número de participantes de cada curso, o regime de permanência na instituição, a idade, o sexo, o estado civil e o local de residência e a distância em km da residência até o Campus Sertão. As questões de 08 a 13 destinaram-se a investigar a situação de moradia dos alunos para poder realizar o curso, o meio de transporte utilizado para o mesmo fim e o perfil econômico das famílias. Já, as questões 14 a 18 preocuparam-se com informações referentes a procedência escolar dos alunos e os motivadores da escolha dos cursos técnicos. As questões 19 e 20 foram de grande relevância para a pesquisa pois buscaram informações sobre a opinião dos participantes sobre a quem deve ser destinada a

casa do estudante no Campus Sertão e se os alunos conheciam alguém que não se inscreveu para os cursos profissionalizantes do Campus por não ter condições socioeconômicas de custear as despesas. O cruzamento dos resultados possibilitou informações comparativas entre o perfil socioeconômico dos alunos de cada curso e entre os alunos residentes na casa do estudante e os não residentes. O questionário utilizado encontra-se no Apêndice E.

3.4.3. Coleta de dados

Fizeram parte da amostra 358 alunos dos cursos técnicos oferecidos em 2010 na instituição, sendo: 301 alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado e/ou Concomitante ao Ensino Médio, identificados pela sigla TAG-IEM; 26 alunos do curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, sigla TAG-SEM; 20 alunos do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio, representados pela sigla TEMSI-SEM; e, 11 alunos do curso Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio, com a sigla de identificação TAI-SEM. Os questionários foram aplicados entre os dias 21 a 25 de junho de 2010. Posteriormente, foram tabulados e analisados através da construção de tabelas. O Quadro 2 especifica as características dos entrevistados e as condições das entrevistas.

Quadro 2 – Amostra pesquisada através da aplicação do questionário

Data da aplicação	Número de participantes	Curso	Representação/Codificação dos cursos
Junho 2010	301	Técnico em Agropecuária Integrado e/ou Concomitante ao Ensino Médio	TAG-IEM
Junho 2010	26	Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio	TAG-SEM
Junho 2010	20	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio	TEMSI-SEM
Junho 2010	11	Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio	TAI-SEM
Total de questionários: 358			

As informações complementares foram coletadas através de diários, relatórios, observações e, principalmente, pela análise dos documentos oficiais referentes a política de assistência estudantil nos Institutos Federais, que durante a realização da pesquisa foram sendo elaborados pelo Governo Federal.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção está dividida em duas partes. Na primeira, os resultados das entrevistas com os docentes da instituição de ensino pesquisada serão apresentados e analisados à luz da revisão bibliográfica realizada. Na sequência, os resultados obtidos através dos questionários com os discentes também serão apresentados e analisados.

4.1. Etapa Exploratória: Entrevistas

Nesta etapa, buscou-se abranger o histórico e os objetivos da fundação do IFRS – Campus Sertão, bem como as práticas seletivas e as características do internato escolar. Conforme especificado no Quadro 1 (apresentado na seção 3 – Materiais e Metodos, p.28), os entrevistados foram identificados por siglas e números, de acordo com sua representação e ordem de entrevista. Por exemplo, a primeira entrevista foi feita com um docente que acompanhou e participou da história e da fundação do Campus Sertão, suas respostas são identificadas pela sigla HPS.01. As respostas foram descritas em alguns momentos na forma de citação indireta e em outros, devido à riqueza de detalhes, de forma direta.

As perguntas que fizeram parte do protocolo de entrevista foram agrupadas nos quatro tópicos seguintes, visando facilitar a descrição das respostas dos entrevistados: objetivo da criação do IFRS – Campus Sertão e o primeiro curso oferecido; os diferentes processos seletivos; características do internato escolar e, a quem se destinava; e, a permanência e ampliação do regime de internato escolar aos alunos dos cursos técnicos do Campus Sertão. As respostas obtidas foram relatadas após cada tópico relacionando a ela.

4.1.1. Objetivo da criação do IFRS – Campus Sertão e primeiro curso oferecido

Realizou-se aqui uma investigação histórica, através de entrevista, com os docentes da instituição conhecedores/testemunhas da trajetória histórica do Campus Sertão, os quais afirmam que a primeira justificativa da criação do IFRS – Campus Sertão, diz respeito às metas políticas de governo que precisavam ser atingidas.

O objetivo da criação dessa instituição de ensino, no ano de sua implantação (1957), era oferecer o ensino agrícola aos filhos dos servidores da antiga Estação Experimental de Passo Fundo, hoje, EMBRAPA TRIGO, que na época tinha suas instalações e sede onde hoje funciona o Centro de Ensino Superior do Campus Sertão, os quais moravam nesse local e, também, oferecer o ensino agrícola para os filhos de agricultores. O transporte era difícil e ficava distante de Passo Fundo para que esses alunos pudessem estudar (HPS.01 e 02).

Segundo o respondente HPS. 01, mais tarde, a estação experimental foi transferida para Passo Fundo com a justificativa técnica de que o micro clima de Sertão e de Getúlio Vargas não era apropriado para o cultivo do trigo (HPS.01).

O primeiro curso oferecido foi o Ginásio Agrícola, com quatro anos de duração (HPS.01). De 1963 até o final de 1968 foi oferecido somente o Curso Ginásial Agrícola. A partir de agosto de 1969 passou a ser oferecido o Curso Técnico em Agropecuária (HPS.02).

O Ginásio Agrícola pertencia a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura e não ao Ministério da Educação. Somente mais tarde, com a

transformação do Ginásio Agrícola em Escola Agrícola, é que foi encampado pelo Ministério da Educação, na década de 60. Depois, de Colégio Agrícola, passou a ser Escola Agrotécnica, sequentemente a autarquia em 93 e, atualmente, Campus Sertão (HPS.01).

4.1.2. Os diferentes processos seletivos

Em relação às práticas de seleção discente, os respondentes descreveram os distintos processos seletivos em suas diferentes épocas.

Desde sua origem, o Campus Sertão vem enfrentando constantemente uma demanda maior que a oferta de vagas. *A procura pelo curso técnico em agropecuária sempre foi grande. Tinha dez, doze candidatos por vaga. Eram em torno de 700 a 800 candidatos (HPS.01). Vários métodos de seleção de alunos já foram experimentados (HPS.02).*

A partir de 1964, na época do Ginásio Agrícola, era feito um exame de admissão. Era como um vestibular. Em 1973 já era oferecido o curso Técnico em Agropecuária com duração de três anos e o processo passou a ser através de prova escrita e entrevista baseada na atividade agropecuária (HPS.01 e 02).

Mais tarde, os candidatos realizavam uma prova escrita, de conhecimentos gerais e específicos pela manhã, e à tarde permaneciam na instituição para entrevista e atividades práticas nos setores da agropecuária, para observar quem tinha aptidão. Em cada setor tinha um professor responsável. Também havia uma equipe, composta por uma orientadora educacional, um integrante da cooperativa dos alunos e uma pessoa indicada pela Direção, que entrevistavam, nos setores, todos os candidatos. A tarefa da comissão era observar quem tinha perfil para atividades agrícolas. Os candidatos permaneciam na instituição durante três dias (HPS.01 e 02).

O processo era precário. Como não havia estrutura adequada, os candidatos permaneciam nos corredores da instituição. Traziam seus próprios colchões e dormiam ali mesmo. Os familiares que os acompanhavam, não tendo onde dormir acomodavam-se em seus próprios carros (HPS.01).

Em seguida, optou-se por outra forma de seleção. O teste passou a ser realizado em um único dia. Pela manhã, os candidatos eram submetidos à prova escrita e, à tarde, a uma entrevista. Como o número de candidatos era elevado, uma única comissão não era capaz de realizar o exame. Assim, foram criadas várias bancas entrevistadoras (HPS.01).

Mais tarde, o processo seletivo passou a ser realizado em duas etapas. Na primeira, os candidatos faziam uma prova escrita de conhecimentos gerais e específicos. Após o resultado da mesma, o dobro de aprovados em relação ao número de vagas ofertadas realizavam um teste psicológico pela manhã, seguido de entrevista com bancas de docentes à tarde (HPS.02).

Por fim, os últimos processos seletivos deram-se sem a realização da entrevista, mas continuaram no formato de duas etapas. A primeira manteve a prova escrita, composta de questões do Ensino Fundamental e conhecimentos nas áreas de agricultura e zootecnia. Classificavam-se para a segunda etapa os alunos que tinham melhor desempenho numa ordem de dois candidatos por vaga ofertada. A segunda etapa era composta por uma avaliação psicológica, que emitia o parecer de recomendado ou não, no momento, para o curso (HPS.02).

Todas as mudanças que ocorreram no processo seletivo, ao longo dos anos, aconteceram em função da necessidade de adequação para cada época ou período. Cada processo seletivo foi importante e funcional segundo o momento em que foi realizado e com a

clientela atendida. Todos, de uma maneira ou de outra, tiveram as suas contribuições (HPS.02).

Atualmente, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892/2008, que inaugurou 38 institutos, com aproximadamente 314 campi e várias unidades avançadas distribuídos por todo o território nacional, houve um acréscimo significativo no número de vagas. Estas instituições atuam com no mínimo 50% das vagas para os cursos técnicos, em sua maioria na forma integrada com o ensino médio e com até 20% para as licenciaturas. Além disso, podem oferecer graduações tecnológicas e disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados para pesquisa aplicada à inovação tecnológica (PACHECO, 2010).

Dentro dessa política o IFRS instituiu, em 2010, as regras que nortearão o próximo processo seletivo dos cursos técnicos integrados e subsequentes de seus campi, o qual se dará através da realização de uma prova regionalizada, com questões de matérias propedêuticas e questões específicas de cada curso ofertado. A grande novidade é que todos os campi do IFRS realizarão a prova do processo seletivo 2011 na mesma data e horário. Assim, os candidatos poderão se inscrever somente para um curso dentro do universo de cursos técnicos oferecidos pelo IFRS.

As ações positivas proporcionadas pela criação dos Institutos Federais são inúmeras, mas a unificação da data e horário de aplicação do exame seletivo para os cursos técnicos dos campi do IFRS reduzem as chances dos candidatos em relação à conquista de uma vaga de estudo. Anteriormente, como os campi realizavam seus processos seletivos em datas diferentes uns dos outros, era possível ao candidato prestar o concurso em dois ou mais cursos de diferentes campi. Atualmente, as oportunidades do candidato reduziram-se a uma. Assim, caso ele não seja aprovado no curso que escolheu terá que esperar até o próximo ano para concorrer, mais uma vez, a uma única vaga para os cursos técnicos oferecidos no IFRS.

Essa forma de tratamento do processo seletivo está em discordância com os objetivos dos Institutos Federais, os quais foram criados para ampliar o acesso dos estudantes a cursos profissionalizantes. Há que se reavaliar essa postura para os próximos processos seletivos, a fim de estarem condizentes com a função política e social dos Institutos Federais.

4.1.3. Características do internato escolar e a quem se destinava

Quanto às características do internato escolar e a quem se destinava, os entrevistados deram as seguintes respostas:

Discussões sobre a quem se destinava o internato escolar sempre existiram e sempre existirão (HPS.01).

No Campus Sertão, o internato escolar, esteve em sintonia com os objetivos políticos e históricos de sua criação, principalmente com o acolhimento dos desvalidos, buscando, não só acomodá-los, mas prepará-los para o mercado de trabalho, pois inicialmente, serviu para dar condições aos mais necessitados, àqueles que sem o qual, não teriam condições de estudar. Pela distância, pelo difícil acesso e por falta de recursos financeiros. Destinava-se aos alunos oriundos de outras localidades, distantes da instituição e o objetivo era dar condições de moradia e alimentação para esses alunos que assim poderiam formar-se em um curso profissionalizante na área agropecuária (HPS.01 e 02).

Os dados mostram a relação direta com a história do ensino agrícola, pois em 1918 foram criados os Patronatos Agrícolas, com o objetivo de oferecer ensino profissional e

noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos. E, em seguida, foram transformados em institutos de assistência, proteção e tutela moral. Uma espécie de orfanato de menores desvalidos (SOARES, 2003).

Para Nagle (2001), os Patronatos destinavam-se às classes pobres e visavam à educação moral, física e profissional dos menores desvalidos e aqueles que a família não tinha condições de educar. As práticas educativas se fundamentavam no trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora para incorporá-los no meio rural.

Inicialmente o internato era um “potreiro” de grande. Não tinha divisória. Parecia um quartel. Tinha uma área que eram os banheiros e outra área que eram os beliches. Os banhos eram coletivos, porque não tinham paredes. Mas, mesmo assim, tinha chuveiro elétrico e televisão que muitos não tinham em casa (HPS.01).

A característica inicial do internato escolar do IFRS – Campus Sertão condiz com os pensamentos de Conceição (2006), a qual diz que o regime imposto nos internatos poderia ser equiparado aos rigores dos quartéis, ao mesmo tempo em que o internato se apresentava como única oportunidade de mudança na qualidade de vida.

Na concepção de Goffman (1974), o internato trata-se de um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. Na opinião de Holahan e Wandersman (1987), a principal característica dos internatos é a alta densidade. Esse tipo de ambiente é frequentemente associado com encontros não desejados e não previstos, ou seja, com a perda do sentimento de privacidade, que diz respeito à capacidade do indivíduo de controlar o seu contato social com o grupo e outros residentes.

Apesar das críticas às características negativas do internato escolar, essa foi uma das únicas formas de alguns alunos poderem estudar e de terem melhores condições de vida.

Outra característica do internato diz respeito aos deveres do aluno interno de cumprir rigorosamente o regulamento disciplinar, cumprimento de horário para estudar, trabalhar e para recreação (HPS.02).

Segundo Benelli (2002), o estudante está bastante sujeito ao sistema autoridade e controle institucional (normas sobre a admissão, expulsão, regulamentos, aproveitamento acadêmico e comunitário e condições de graduação), dentro do internato.

O controle exercido sobre a vida dos internos pode ser identificado através da sequência rígida de papéis e horários, proibições de visitas fora de horários previstos e distribuição dos indivíduos nos espaços coletivos. A perda do próprio nome e da aparência usual, através do uso de uniformes e apelidos, assim como a perda de sentido de segurança pessoal, sugere a violação da reserva da informação quanto ao “eu”, ilustrada especialmente pela existência de dormitórios coletivos e banheiros sem porta. Através desse processo, a instituição parece impor ao interno uma disciplina de atividade e uma disciplina de ser que gera mudanças radicais na sua forma de o internado perceber a si e aos outros (GOFFMAN, 1974).

O internato também é uma escola. Aprende-se a viver, a lavar, a limpar. Forma-se mais humano. Além da profissão tem coisas boas para a vida (HPS.01).

As instituições implementadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam – quando realizam – os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas produzem determinada subjetividade. Sujeitos são fundados no interior das práticas. O pensamento

costuma retificar objetos e sujeitos que só existem enquanto se produzem e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais (BENELLI, 2002).

Segundo Benelli (2002), a subjetividade (modo de ser, sentir, pensar e agir constitutivos do sujeito em determinado momento histórico) é tecida, no contexto institucional, pela rede de micropoderes que sustenta o fazer cotidiano (institucional), operando efeitos de reconhecimento-desconhecimento dessa ação concreta.

O internato, hoje, melhorou muito. O aluno tem mais liberdade, trabalha menos, tem mais recursos tecnológicos, estruturais, comunicação e transporte (HPS. 02).

Mas, alguns estudantes talvez se sintam mal porque em casa têm mais conforto (HPS.01).

Pois, atualmente, o internato escolar é destinado para alunos (as) do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, de acordo com a ordem de classificação no processo seletivo e que não residam próximo da instituição (HPS.02).

Esse fato não caracteriza a destinação das vagas para os mais carentes e necessitados, o que era o objetivo inicial dos internatos. Também, não atende aos atuais objetivos da educação profissional brasileira, que pretende diminuir a desigualdade social.

A questão do internato escolar volta a ser a tônica das discussões sociais, como parte de um conjunto de ações de assistência estudantil, em vista do programa do Governo Federal de ampliação do acesso à educação pela população brasileira.

Segundo o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2010) a história do ensino no Brasil demonstra, desde sua criação, a relação direta entre assistência estudantil e o sucesso do ensino ministrado, pois a grande maioria destas instituições nasceu com alunos em regime de internato. Salienta que, por conta das metas e ações de expansão do ensino técnico e tecnológico, as preocupações referentes à assistência estudantil continuam e até aumentaram.

Dessa forma, a discussão sobre a permanência e ampliação do regime de internato é inevitável e extremamente necessária.

4.1.4. Permanência e ampliação do internato aos alunos dos cursos técnicos do IFRS – Campus Sertão

Quanto à permanência e ampliação do regime de internato aos alunos dos cursos técnicos do IFRS – Campus Sertão, os respondentes posicionaram-se da seguinte forma:

Apenas uma opinião se contrapõe as demais: Através do Plano de Metas do MEC, o número de vagas que deveremos oferecer para os próximos anos é muito grande e em função disso, para manter o regime de internato não será tão fácil. Talvez para um número reduzido de alunos de comunidades distantes. Vai depender basicamente das políticas de ensino adotadas pelo MEC (HPS.02).

Na maioria dos casos os entrevistados defendem a permanência e ampliação do número de vagas no internato escolar devido à localização rural da instituição, que conta com poucas possibilidades de transporte e ao número significativo de municípios abrangidos pelo Campus Sertão, com distâncias difíceis de serem vencidas diariamente pelos alunos para frequentarem os cursos (MCS.01,02,03 e 04 e HPS.01).

Defendem também o atendimento a alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis, que, se não fosse o internato, não poderiam realizar os cursos. Consideram que

o aluno que não tenha condições de prosseguir sua formação profissional, o mais carente e mais necessitado, tenha a preferência pelo internato (MCS.01,02,03 e 04 e HPS.01 e 02).

Segundo o entrevistado HPS.01, “[...] ter um lugar para dormir e alimentação é fundamental. Eu mesmo não teria conseguido estudar se não fosse a casa do estudante.”

O internato, para a maioria dos entrevistados, deveria contemplar pessoas que moram longe e não tenham condições socioeconômicas para frequentarem os cursos oferecidos pela instituição, principalmente, os de regime integral e não só contemplar o curso Técnico em Agropecuária Integrado e/ou Concomitante ao Ensino Médio, através dos melhores desempenhos na prova escrita, como é atualmente (MCS.01,02,03 e 04 e HPS.01 e 02).

Em relação ao curso citado, tem-se observado que o internato é a base da estrutura de manutenção de seus alunos, que é o condicionante da permanência e um fator de garantia contra a evasão escolar (MCS.03).

Para a ANDIFES, a educação é um bem público e o conhecimento um patrimônio social. Defende o acesso e a permanência universal à educação superior preocupando-se, desde sua criação, com a política social de assistência aos estudantes. Tal fato resultou na criação do FONAPRACE, o qual, por meio de estudos, traçou o perfil socioeconômico dos alunos das IFES e apresentou proposta do PNAE à ANDIFES (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2007).

O estudo do FONAPRACE demonstrou que uma parcela significativa do segmento estudantil em questão, apresenta como uma das causas da evasão e da retenção escolar as dificuldades socioeconômicas. Com isso, salientou que a articulação de ações assistenciais em relação a questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde são fundamentais para garantir a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2007).

Logo em seguida à criação dos Institutos Federais, os quais são equiparados às IFES, as questões relacionadas à assistência estudantil passaram a ser debatidas por essas novas instituições, como é o caso do GTA, instituído pela Câmara de Educação no Campo e pelo Fórum de Educação no Campo ligados ao CONIF (CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2010).

Em 19 de julho de 2010, o debate sobre assistência estudantil passou a ter legalidade para essas instituições com a publicação do Decreto nº 7.234, o qual dispõe sobre o PNAES. A redação de seu artigo 4º afirma que:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010b).

Cabe ressaltar que os objetivos do PNAES, segundo o Decreto nº 7.234/2010, em seu artigo 2º, são: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão escolar e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Diante do avanço dos Institutos Federais, com a publicação do decreto nº 7.234/2010, cabe-lhes traçar um plano de assistência estudantil que atenda às necessidades regionais e locais para proporcionarem, de fato, o acesso universal dos estudantes brasileiros nos cursos de formação.

Diante do exposto, espera-se que, no IFRS – Campus Sertão, a Casa do Estudante (internato escolar) seja considerada, em sua real importância para os alunos, na elaboração das ações de assistência estudantil.

4.1.5. Síntese dos tópicos relevantes da etapa exploratória

Tópicos	Inicialmente	Atualmente
Educação Profissional Brasileira	Decreto Lei nº 7.566/1909 Criação das Escolas de Aprendizizes Artífices	Lei nº 11.892/2008 Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia
Objetivos	Qualificação de mão de obra para empregos urbanos e rurais que exigiam baixos níveis de escolaridade e controle social dos jovens da classe proletária, considerados suscetíveis à aquisição de vícios e hábitos nocivos a sociedade.	Promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vista à inclusão social, desenvolvimento local e regional e busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias.
Política	Moral-assistencialista	Inclusão social emancipatória
Internato Escolar	Destinava-se ao atendimento de populações de baixa renda como supressão de deficiências familiares e como uma das práticas sociais de modelagem da subjetividade.	Destina-se aos alunos do curso Técnico em Agropecuária integrado/concomitante ao Ensino Médio. Não atende exclusivamente os mais carentes e necessitados.
Usuários	Deveriam ser desvalidos, ter idade entre 10 a 16 anos, não delinquentes, nem portadores de doenças contagiosas ou deficiência orgânica que os impossibilitassem para trabalhos agrícolas ou de indústrias rurais.	Melhores colocados na prova escrita do processo seletivo discente para o curso Técnico em Agropecuária integrado/concomitante ao Ensino Médio.
Deveres do Usuário	O aluno interno deveria cumprir rigorosamente o regulamento disciplinar, os	O aluno tem mais liberdade, trabalha menos e tem mais recursos tecnológicos,

	horários de estudo e trabalho.	estruturais, comunicação e transporte.
Características Físicas	Estrutura precária, mas que oferecia mais conforto aos usuários do que suas residências familiares.	Oferece menos conforto aos usuários do que suas residências familiares.
Processo Seletivo	Forma de administrar a demanda maior que a oferta de vagas.	Forma de administrar a demanda maior que a oferta de vagas.
Modalidades	Exame de admissão; Prova escrita e entrevista baseada na atividade agropecuária; Prova escrita, de conhecimentos gerais e específicos, prática de atividades agropecuárias e entrevista com banca única. Vários dias; Prova escrita e várias bancas de entrevista. Único dia; Duas etapas: primeiro a prova escrita e depois a avaliação psicológica e entrevista com bancas múltiplas; Duas etapas. Prova escrita e avaliação psicológica.	Etapa única. Prova escrita de conhecimentos gerais e específicos. Data e horário únicos em todo o Instituto.
Objetivo	Identificar quem tinha o perfil para atividades agrípecuárias.	Selecionar os candidatos com melhores desempenhos na prova escrita.
Discordâncias	Preocupava-se mais em selecionar o perfil agropecuário do que as necessidades socioeconômicas.	Preocupado somente em classificar os candidatos. A unificação da data do exame reduziu as chances dos candidatos em outros cursos e/ou Campi.

4.2. Etapa Descritiva: Questionário

Seguem-se os resultados obtidos através dos questionários respondidos pelos alunos dos cursos técnicos profissionalizantes do IFRS – Campus Sertão, com o objetivo de propiciar informações referentes o número de participantes de cada curso, o regime de permanência na

instituição, a idade, o sexo, o estado civil e o local de moradia, a distância em km da residência até o Campus Sertão, a situação de moradia dos alunos para poderem realizar o curso, o meio de transporte utilizado para o mesmo fim, o perfil econômico das famílias, a procedência escolar dos alunos, os motivadores da escolha dos cursos técnicos, a opinião dos participantes sobre a quem deve ser destinada a casa do estudante no Campus Sertão e se os alunos conhecem alguém que não se inscreveu para os cursos profissionalizantes por não ter condições socioeconômicas de custear as despesas.

As respostas foram apresentadas em forma de gráficos para uma melhor visualização dos dados, seguidas de suas descrições. As tabelas contendo todos os dados construídos pela pesquisa encontram-se no Apêndice F.

4.2.1. Caracterização e realidade socioeconômica dos alunos dos cursos técnicos do IFRS – Campus Sertão

Os dados apresentados e discutidos acima, trazidos pelos entrevistados, quando comparados com os dados das respostas dos questionários aplicados com os alunos dos cursos técnicos, indicam uma sintonia entre a percepção dos primeiros e a vivência dos segundos. O que pode ser demonstrado a seguir.

No Gráfico 1, no que se refere ao número de participantes em cada curso e ao regime de permanência na instituição, nota-se que o curso TAG-IEM, com 301 participantes, sendo o maior número de matriculados no Campus, é o mesmo que oferece a possibilidade de permanência na casa do estudante, onde 90% (271) dos alunos são residentes internos. Os demais cursos: TAG-SEM, TEMSI-SEM e TAI-SEM, que oferecem anualmente 30 vagas cada, apenas para residência externa, não preencheram suas turmas. Têm, respectivamente, 26, 20 e 11 matriculados, 100% externos.

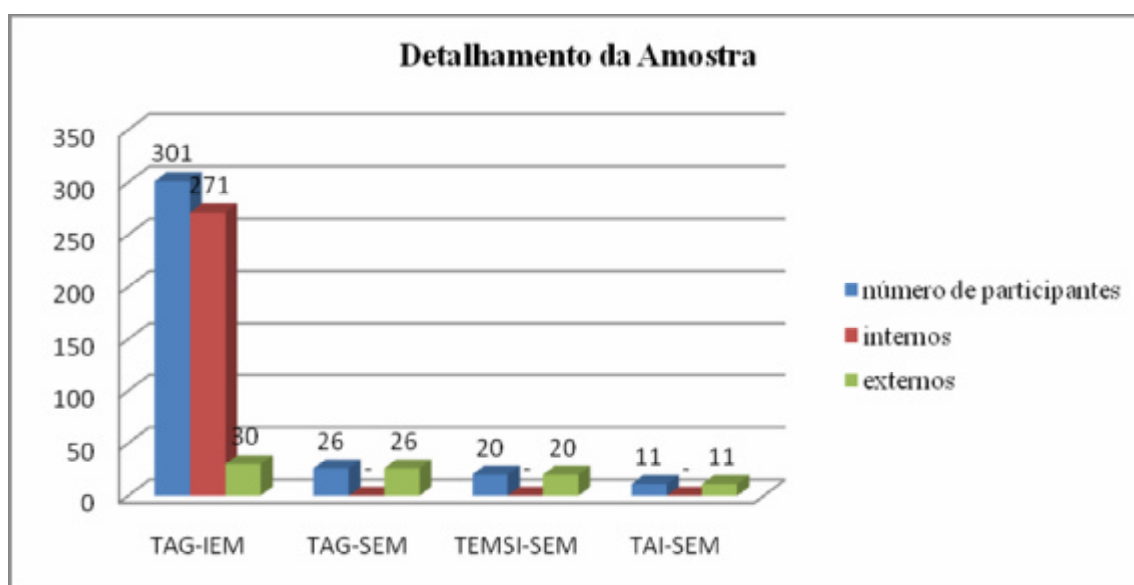


Gráfico 1 – Detalhamento da Amostra

No Gráfico 2, referente à distância em km, entre a cidade de moradia e o Campus Sertão, percebe-se que 41% dos alunos do curso TAG-IEM e 35% dos alunos do curso TAG-

SEM, são provenientes de localidades distantes da instituição, entre 101 km a 150 Km. E que 85% dos alunos do curso TEMSI-SEM e 72,72% dos alunos do curso TAI-SEM residem a uma distância igual ou inferior a 50 km do Campus Sertão. Somando-se a esse dado, os resultados do Gráfico 3, referentes ao local de moradia durante os dias letivos, observa-se um percentual, nos cursos TEMSI-SEM e TAI-SEM, de 65% e 63,63%, respectivamente, de alunos que moram em casa ou apartamento com os pais. No curso TAG-IEM, 90% são moradores da casa do estudante e 84% dos alunos do curso TAG-SEM, residem em habitação coletiva (hotel, hospedaria, pensionato, república, etc) para frequentarem as aulas. O que indica que os cursos em turno integral, TAG-IEM e TAG-SEM, atraem alunos de localidades mais distantes, que utilizam a casa do estudante e as habitações coletivas para comparecerem às aulas. Nos cursos TEMSI-SEM e TAI-SEM, que não são integrais, matriculam-se alunos residentes nas proximidades do instituto e que se beneficiam da moradia familiar.

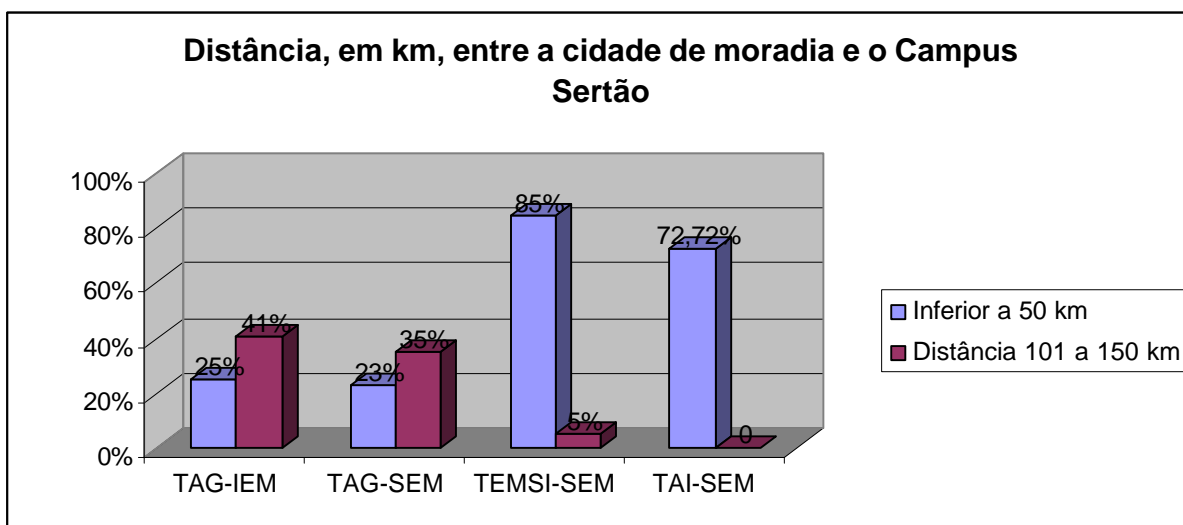


Gráfico 2 – Distância, em km, entre a cidade de moradia e o Campus Sertão

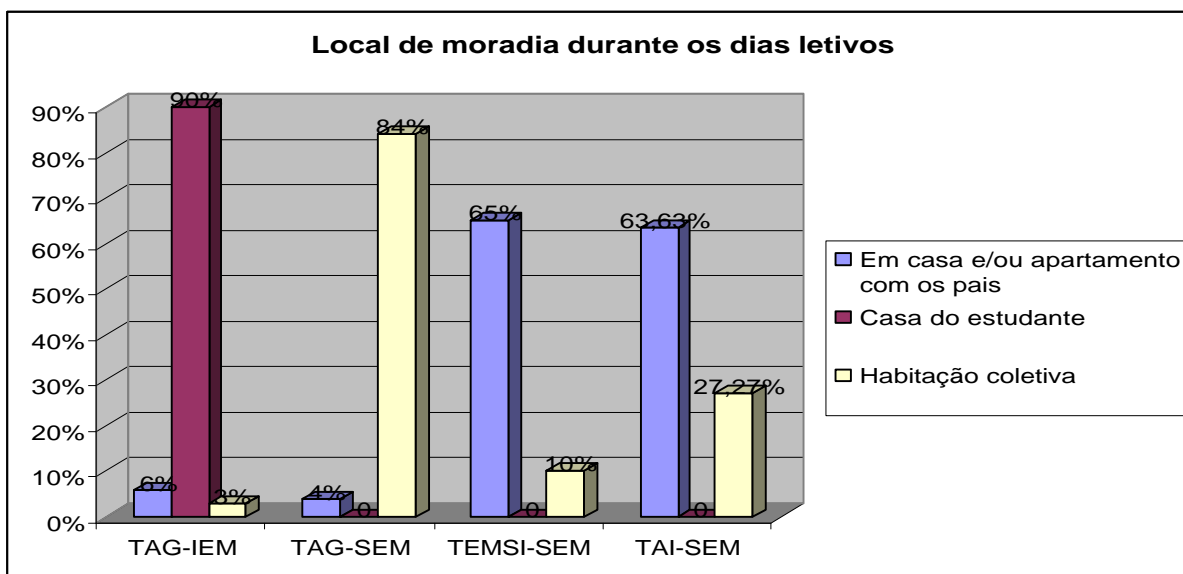


Gráfico 3 – Local de moradia durante os dias letivos

O Gráfico 4, aponta que 65% dos alunos do curso TEMSI-SEM e 45,45% do curso TAI-SEM usam, como meio de transporte diário, para o deslocamento de casa até o Campus Sertão e vice versa, o transporte locado de prefeitura e/ou escolar, o que identifica maior facilidade com o transporte. Realidade diferente dos matriculados nos outros dois cursos técnicos que, residem a distâncias maiores e que precisam permanecer no internato escolar ou em habitação coletiva para realizarem os cursos.

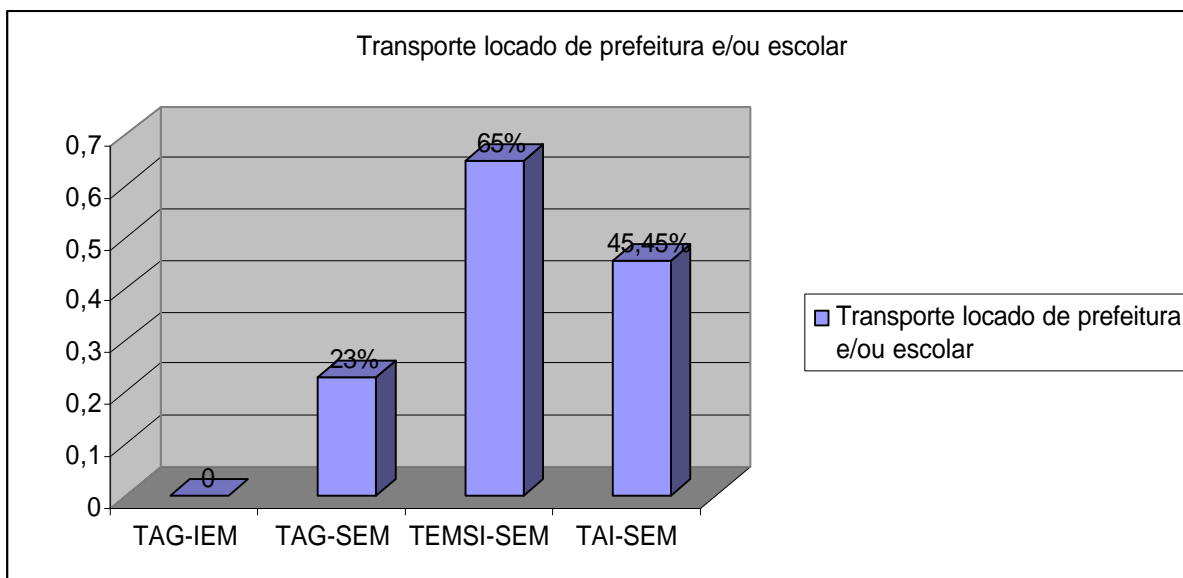


Gráfico 4 – Meio de transporte utilizado diariamente para deslocamento da moradia até o Campus Sertão (externos)

Quando os alunos do curso TAG-IEM, moradores da casa do estudante, foram interrogados sobre suas possibilidades de realizarem o curso, caso não houvesse a casa do estudante, Gráfico 5, 66% deles responderam que não teriam condições de realizar o curso se não fossem internos. Desses, 55 sujeitos disseram que não teriam condições financeiras para custear as despesas; 39 pessoas usaram a distância como fator de impedimento de realização dos estudos; e, sete alunos disseram que tanto moram longe, quanto não teriam condições financeiras para custear as despesas.

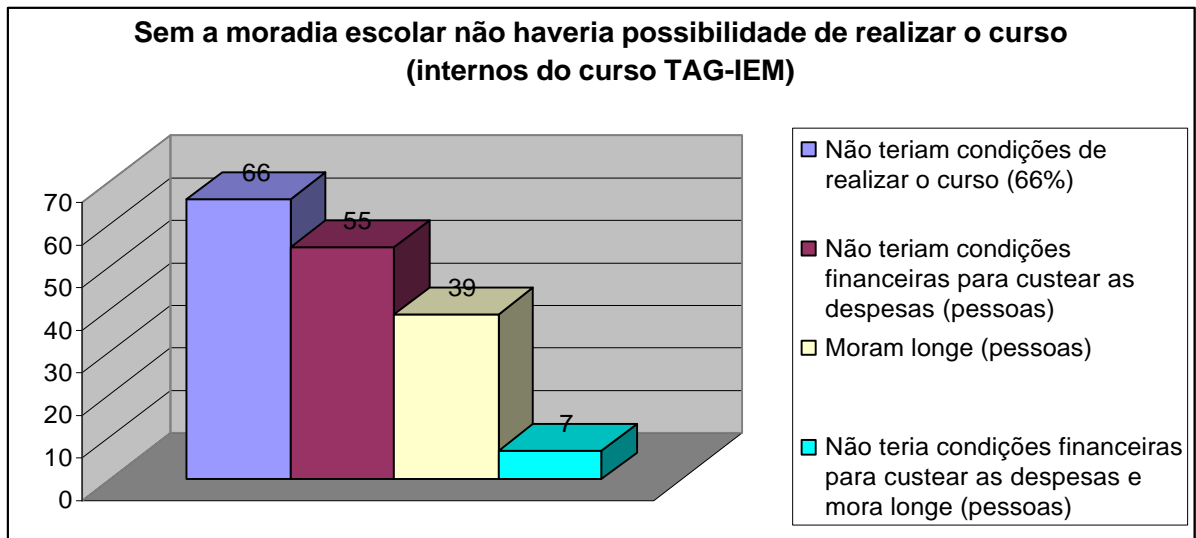


Gráfico 5 – Sem a moradia escolar não haveria possibilidade de realizar o curso (internos do curso TAG-IEM)

No Gráfico 6 observa-se que 34% dos respondentes afirmaram ter condições de realizar o curso mesmo sem o internato escolar, pois, 25 dessas pessoas disseram que teriam condições financeiras para custear as despesas; e, sete sujeitos moram perto da instituição facilitando o acesso a mesma.

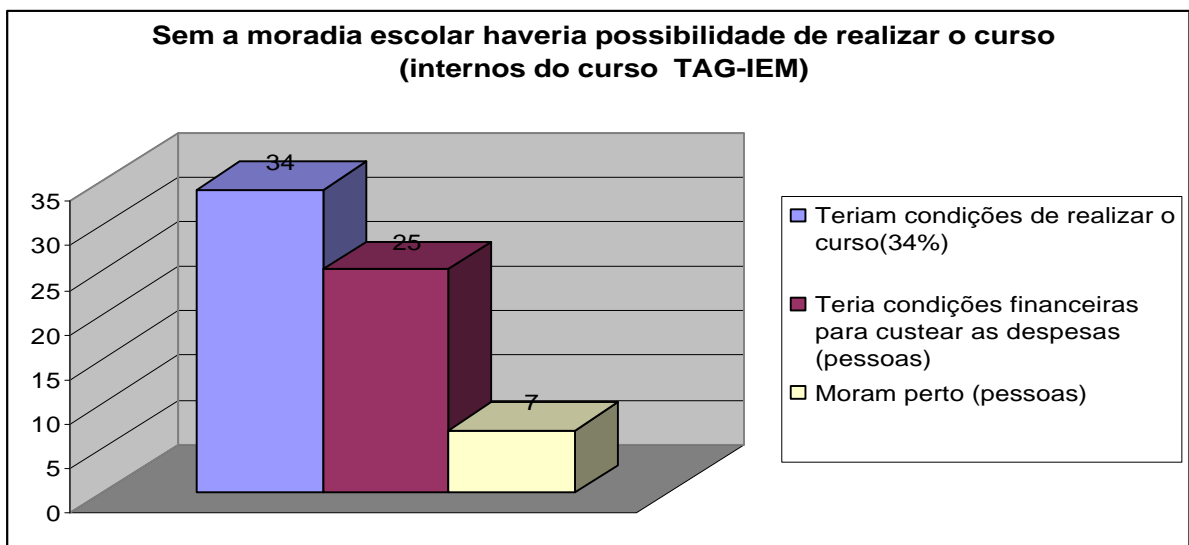


Gráfico 6 - Sem a moradia escolar haveria possibilidade de realizar o curso (internos do curso TAG-IEM)

Os residentes externos foram questionados sobre a necessidade de utilizar a casa do estudante. Os respondentes do curso TAG-IEM, Gráfico 7, disseram que: 76% deles teriam necessidade e 24%, não teriam necessidade. Dos que afirmaram necessitar, 10 casos justificaram que seria mais econômico; quatro sujeitos, por que teriam mais facilidades para estudar (biblioteca, internet...); e, uma pessoa tem dificuldade com o transporte. As

justificativas dos que disseram que não precisariam do internato escolar foram: moram perto – quatro pessoas; tem transporte diário – uma pessoa; prefere ficar em casa – uma pessoa; e, teria condições financeiras para se manter – uma pessoa.

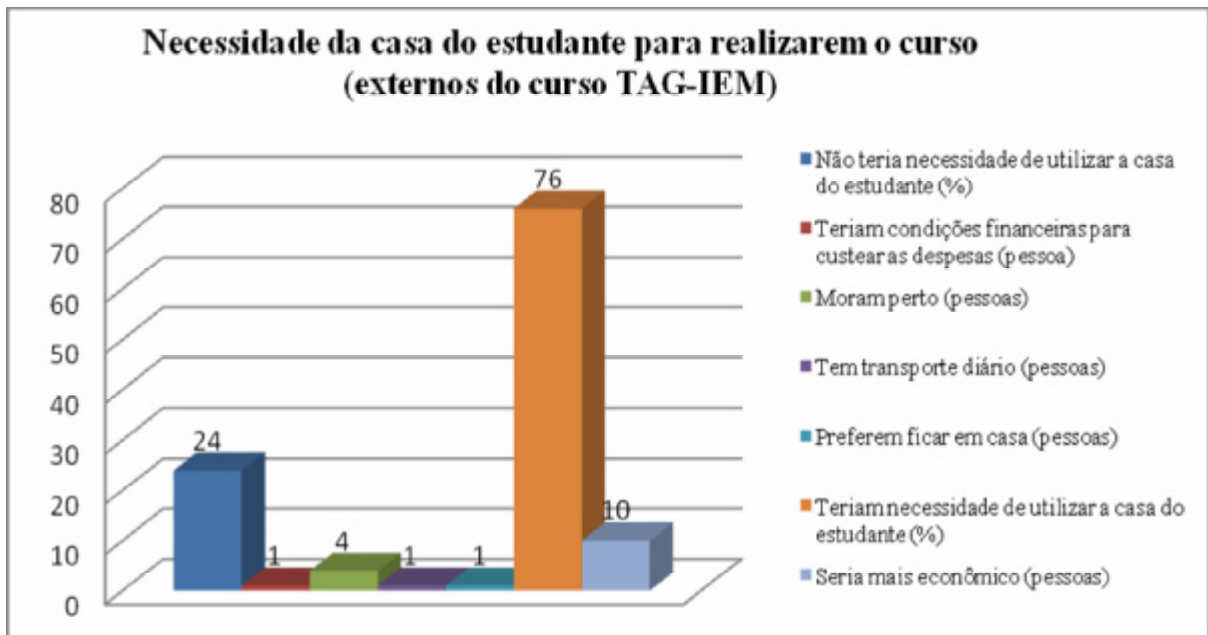


Gráfico 7 - Necessidade da casa do estudante para realizarem o curso (externos do curso TAG-IEM)

Os participantes do curso TAG-SEM, responderam, no Gráfico 8, que: 69% deles teriam necessidade; e, 31% não teriam necessidade. Doze sujeitos que afirmaram necessitar da casa do estudante justificaram que seria mais econômico; três alunos, por que teriam mais facilidades para estudar (biblioteca, internet...); uma pessoa porque tem dificuldade com o transporte. Os que disseram que não precisariam do internato escolar usaram a justificativa de que: moram perto – três pessoas.

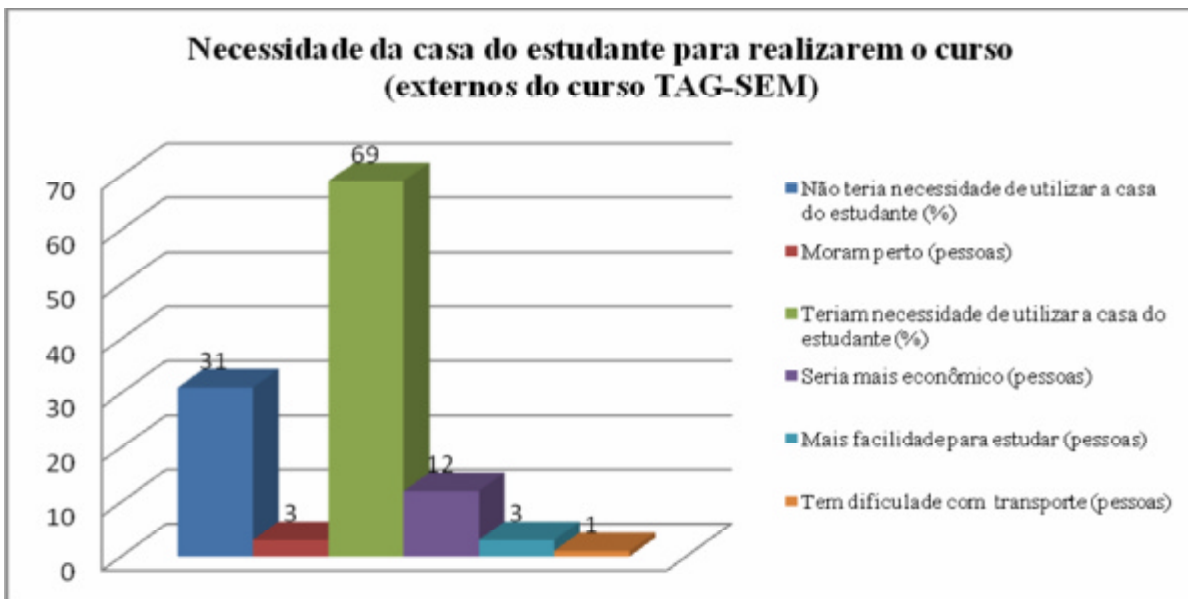


Gráfico 8 - Necessidade da casa do estudante para realizarem o curso (externos do curso TAG-SEM)

Os participantes do curso TEMSI-SEM, responderam, no Gráfico 9, que: 90% dos sujeitos não teriam necessidade de utilizar a casa do estudante; e, 10% teriam necessidade. A justificativa dos que afirmaram necessitar da casa do estudante é de que seria mais econômico – 2 pessoas. Dos que disseram que não precisariam: duas pessoas justificaram que moram perto; oito sujeitos porque têm transporte diário; seis pessoas trabalham durante o dia e à noite tem transporte.

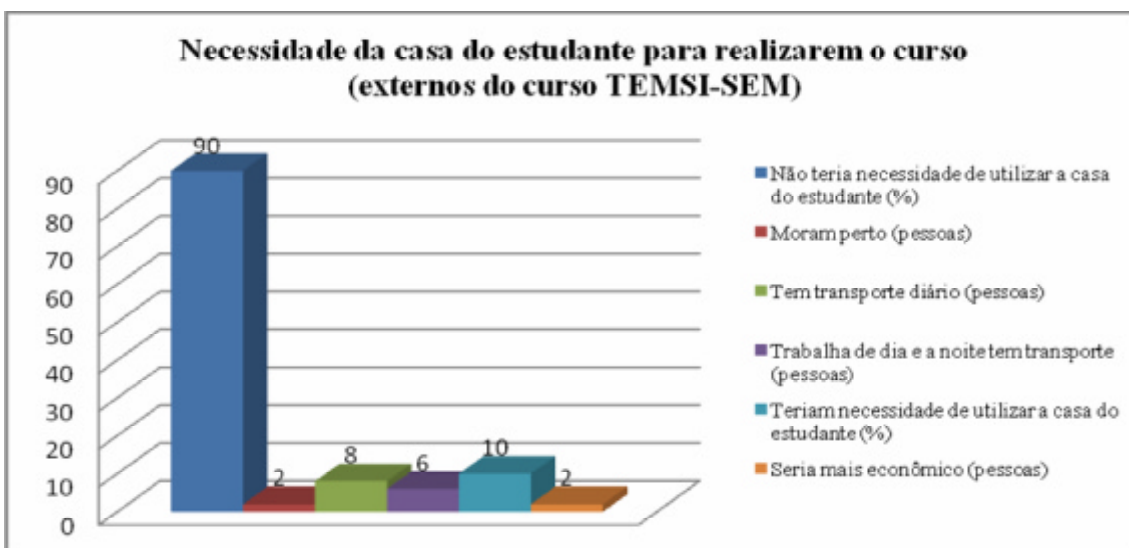


Gráfico 9 - Necessidade da casa do estudante para realizarem o curso (externos do curso TEMSI-SEM)

E, no curso TAI-SEM, Gráfico 10, os respondentes afirmaram que 100% deles não teriam necessidade de utilizar a casa do estudante. Uma pessoa justificou que tem transporte locado da prefeitura e/ou escolar, diariamente.



Gráfico 10 - Necessidade da casa do estudante para realizarem o curso (externos do curso TAI-SEM)

Note-se que as respostas e justificativas dos alunos dos cursos TEMSI-SEM e TAI-SEM confirmam os dados levantados nas questões anteriores no que se refere à moradia próxima do Campus Sertão e à facilidade do transporte. Um dado novo chama a atenção para outra característica do curso TEMSI-SEM, onde seis sujeitos, dos 18 respondentes, trabalham durante o dia e estudam à noite.

Outro índice que merece atenção nos gráficos acima refere-se ao número de 25 sujeitos do curso TAG-IEM, Gráfico 6 (página 45), que disseram que teriam condições de realizar o curso caso não fossem internos, pois teriam condições financeiras para custear as despesas. No mesmo curso, Gráfico 7 (página 46), dezesseis alunos, que não se beneficiam da casa do estudante, afirmaram que teriam necessidade de utilizá-la para realizar o curso, pois seria mais econômico e teriam mais facilidades para estudar (biblioteca, internet,...).

Ainda, no Gráfico 8 (página 47), dezoito sujeitos do curso TAG-SEM afirmaram que teriam necessidade de utilizar a casa do estudante para realizar o curso, visto que, seria mais econômico, teriam mais facilidade para estudar (biblioteca, internet...) e não enfrentariam a dificuldade com o transporte.

Retomando a fala citada anteriormente pelo entrevistado (HPS.01), o qual discorda da forma atual de distribuição das vagas do internato escolar, que é através dos melhores desempenhos no exame de seleção do curso TAG-IEM, e que considera que quem deveria ter a preferência seriam os alunos necessitados e carentes, somando-se aos dados dos Gráficos 6, 7 e 8 (páginas 45,46 e 47, respectivamente), questiona-se se não seria conveniente repensar a forma de distribuição das vagas, pois vê-se uma discrepância entre 25 sujeitos internos do curso TAG-IEM, que afirmam que teriam condições de realizar o curso se não fossem internos, contra 18 participantes, que são a maioria da turma do curso TAG-SEM, que afirmam necessitar da casa do estudante para facilitar a realização do curso.

Ainda mais gritante está a mesma relação de 25 pessoas internas para 16 externas, do mesmo curso, que afirmam necessitar da casa do estudante.

Outro dado que leva à reflexão sobre a destinação das vagas do regime de internato escolar encontra-se no Gráfico 11, o qual se refere ao conhecimento, pelos respondentes dos questionários, de pessoas que não se inscreveram para os cursos técnicos do Campus Sertão porque não tinham condições socioeconômicas para custear os estudos. Onde, 19% dos sujeitos do curso TAG-IEM conhecem alguém, os quais citaram 110 pessoas que não se inscreveram por falta de condições socioeconômicas. Dos participantes do curso TAG-SEM 19% deles disseram que conhecem alguém e citaram 17 pessoas. Enquanto que os sujeitos do curso TEMSI-SEM, responderam que 20% deles conhecem alguém, citando total de oito pessoas. E, os participantes do curso TAI-SEM disseram que 9,09% conhecem alguém, mas não citaram nenhuma pessoa.

A soma das respostas dos sujeitos dos quatro cursos pesquisados é igual a 135 pessoas, as quais não se inscreveram para os cursos da instituição porque não teriam como custear suas despesas. Esse número é superior ao número de vagas ofertadas para a casa do estudante, no curso TAG-IEM, que não ultrapasse 110 vagas anuais.

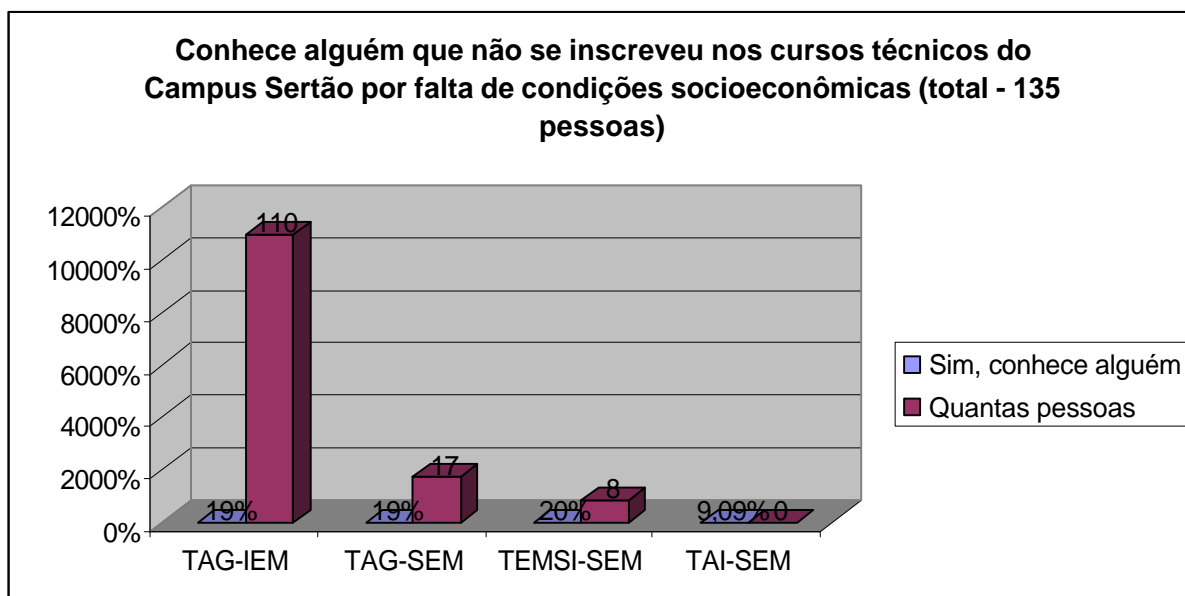


Gráfico 11 - Conhece alguém que não se inscreveu nos cursos técnicos do Campus Sertão por falta de condições socioeconômicas

Retomando os resultados do Gráfico 5 (página 45), sobre o questionamento aos alunos do curso TAG-IEM, moradores da casa do estudante, quanto as suas possibilidades de realizarem o curso caso não fosse oferecido o internato escolar, onde 66% deles responderam que não teriam condições de realizar o curso se não fossem internos e relacionando os dados do Gráfico 12, referentes à renda mensal bruta per capita das famílias desses estudantes, constata-se que 42% deles declaram renda abaixo de $\frac{3}{4}$ de salário mínimo e 37%, renda entre $\frac{3}{4}$ a 1 salário mínimo, o que confirma que esses estudantes teriam dificuldades financeiras para realizarem o curso TAG-IEM se não fosse a possibilidade de usufruírem da casa do estudante.

Os outros 34% respondentes do Gráfico 6 (página 45), que afirmam que teriam condições de realizar o curso TAG-IEM mesmo sem a casa do estudante também são visualizados no Gráfico 12, através dos 16% deles que declararam uma renda de um a dois salários mínimos e 5% com renda acima de dois salários mínimos, o que mostra que possivelmente teriam condições financeiras para custear seus estudos.

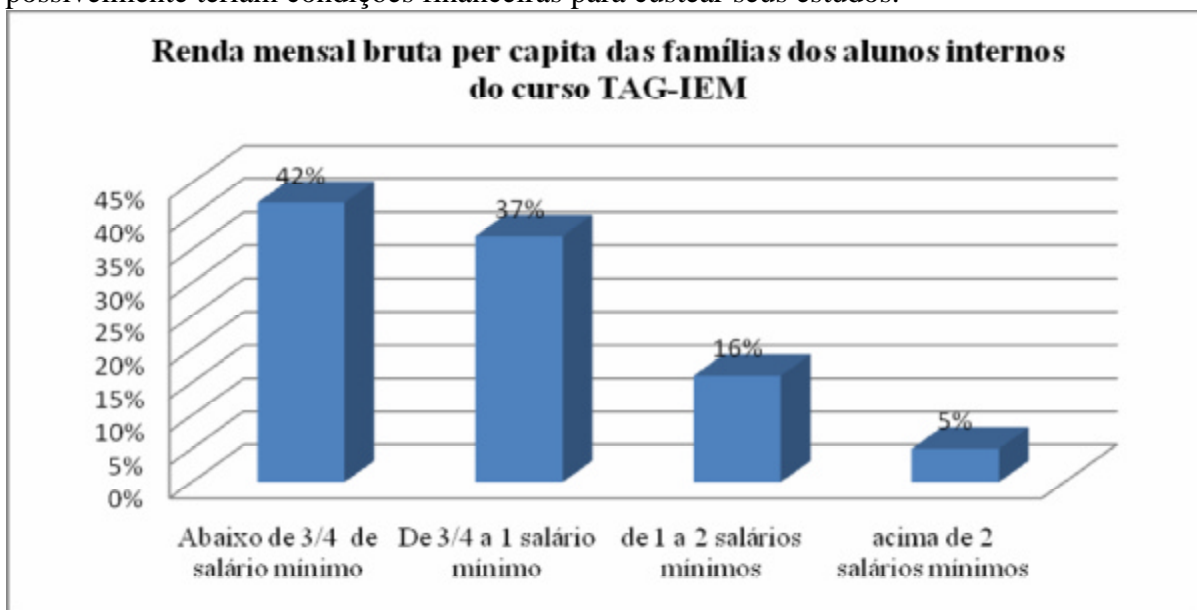


Gráfico 12 - Renda mensal bruta per capita das famílias dos alunos internos do curso TAG-IEM

Voltando-se, também, aos dados do Gráfico 7 (página 46), referentes à necessidade dos alunos externos do curso TAG-IEM de utilização da casa do estudante para a realização do curso, note-se que 76% dos respondentes afirmaram que teriam necessidade de utilizar o internato escolar, assim como, 69% dos participantes do curso TAG-SEM, Gráfico 8 (página 45). Dados que são confirmados ao considerar-se o Gráfico 13, que mostra que, no curso TAG-IEM, a renda mensal bruta per capita é, em 27% dos casos abaixo de $\frac{3}{4}$ de salário mínimo e em 37% até 1 salário mínimo. E, no curso TAG-SEM, 58% até 1 de salário mínimo.

A maioria dos respondentes externos dos cursos TAG-IEM e TAG-SEM declaram rendas mensais brutas per capitas que não ultrapassam 1 salário mínimo e afirmam que teriam necessidade de utilização da casa do estudante.

Dados semelhantes são apresentados pelos participantes internos do curso TAG-IEM, onde a maioria declara a necessidade do internato escolar e que a renda não ultrapassa 1 salário mínimo.

O que mostra que a casa do estudante é um recurso de assistência estudantil significativo no Campus Sertão, que beneficia alunos carentes, na maioria dos casos. Mas, também tem auxiliado pessoas do curso TAG-IEM que teriam condições financeiras para custear os estudos, deixando de lado, sem assistência, alunos do curso TAG-SEM, que apresentam as mesmas necessidades financeiras dos alunos carentes atendidos pelo internato escolar no curso TAG-IEM.

Quanto aos alunos dos cursos TEMSI-SEM e TAI-SEM, apesar de apresentarem baixas condições socioeconômicas, Gráfico 13, responderam que não teriam necessidade de utilizar a casa do estudante, Gráficos 9 e 10, respectivamente (páginas 47 e 48). Cabe

observar que os estudantes desses cursos são residentes a uma distância máxima de 50 km entre suas casas e o Campus Sertão. Realidade diferente da maioria dos alunos dos cursos TAG-IEM e TAG-SEM, que residem a distâncias entre 101 km a 150 km, Gráfico 2 (página 43).

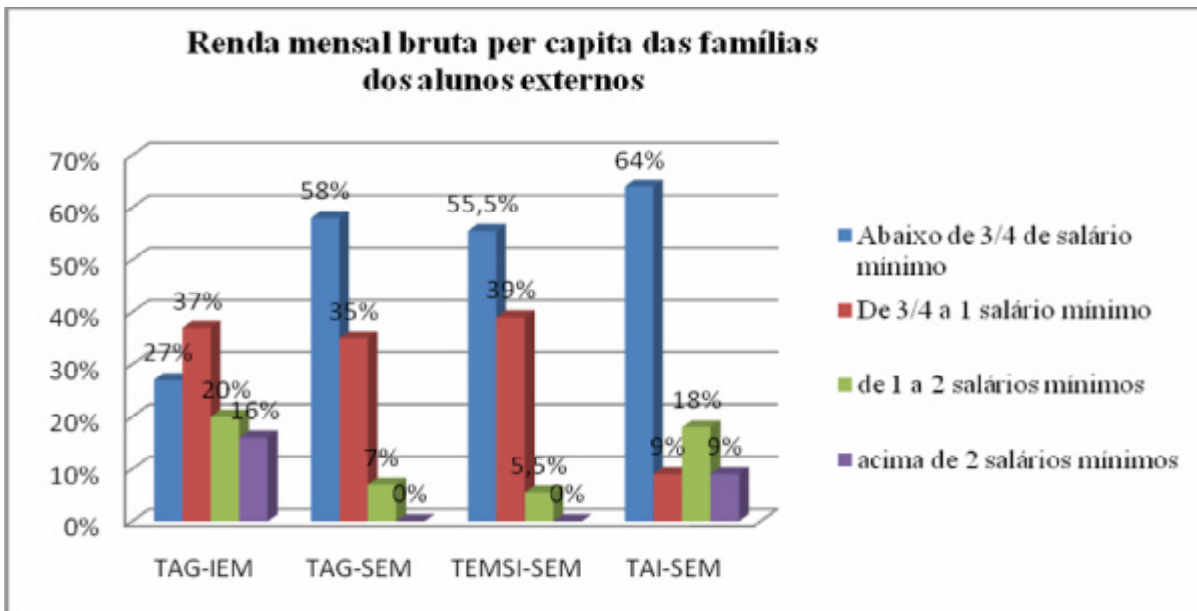


Gráfico 13 - Renda mensal bruta per capita das famílias dos alunos externos

Os resultados do Gráfico 14, referente a realização de atividade remunerada pelos respondentes mostra que os participantes dos cursos TEMSI-SEM e TAI-SEM, em maior número que os participantes dos cursos TAG-IEM e TAG-SEM, realizam alguma atividade remunerada, fato que colabora para que os primeiros não desejem a casa do estudante, pois, a localização rural do Campus Sertão dificultaria significativamente que dessem prosseguimento aos seus trabalhos caso morassem no Campus.

Também em relação ao preenchimento das vagas ofertadas, os cursos TEMSI-SEM e TAI-SEM apresentam um número menor de matriculados que os cursos TAG-IEM e TAG-SEM, apesar de não serem integrais, Gráfico 1 (página 42).

As observações acima indicam que os cursos TEMSI-SEM e TAI-SEM atraem alunos próximos ao Campus Serão e não atraem estudantes da mesorregião atendida pelo mesmo, o que no curso TAG-IEM é a grande maioria. Uma possível explicação encontra-se no oferecimento de vagas na casa do estudante apenas aos alunos do curso TAG-IEM. Assim, pode se afirmar que o internato é um atrativo aos estudantes da mesorregião atendida pela instituição, pois age como um recurso de assistência estudantil aos carentes.

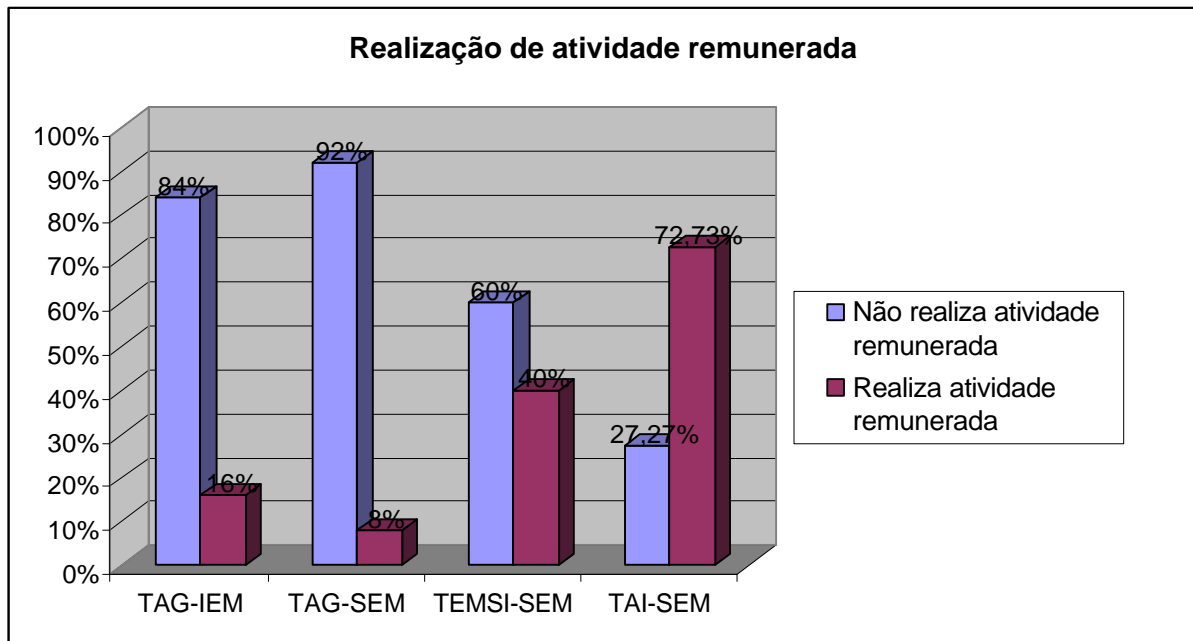


Gráfico 14 - Realização de atividade remunerada

Considerando-se os resultados do Gráfico 15, que traça um comparativo entre a renda mensal bruta per capita das famílias dos alunos internos e externos, nota-se que entre os internos, 42% dos casos declararam renda abaixo de $\frac{3}{4}$ de salário mínimo, 37% de $\frac{3}{4}$ até 1 salário mínimo; 16% de um a dois salários mínimos e 5% dos casos acima de dois salários mínimos. E, entre os externos, 47% dos casos têm renda abaixo de $\frac{3}{4}$ de salário mínimo, 33% de $\frac{3}{4}$ até 1 salário mínimo, 13% de um a dois salários mínimos e 7% dos casos acima de dois salários mínimos. Os dados mostram que a maioria dos alunos, nos dois casos, têm renda até 1 salário mínimo, o que não justifica a continuidade do oferecimento de vagas na casa do estudante, pelo Campus Sertão, somente aos estudantes do curso TAG-IEM.

O diálogo dos Institutos Federais com a realidade local e regional onde estão inseridos, objetiva um olhar criterioso na busca de soluções para a realidade de exclusão na sociedade brasileira, no que se refere ao direito aos bens sociais (BRASIL, 2010).

Assim, cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. É essa concepção que dá suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, qual seja, as mesorregiões. A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência (BRASIL, 2010a, p. 23).

Dessa forma, considerando que uma das finalidades dos Institutos Federais é atuar em favor do desenvolvimento local e regional para a construção da cidadania e que suas áreas de abrangência são as mesorregiões onde se localizam e, somando-se a isso os resultados dos questionários analisados acima, que mostram a realidade da localização rural do Campus Sertão, a dificuldade de locomoção diária da residência dos estudantes até a instituição e a dificuldade de preenchimento das vagas oferecidas pelo Campus em cursos técnicos que não contam com a possibilidade do internato escolar, tornam-se pertinentes as reflexões sobre as ações de assistência estudantil para garantir e facilitar o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos pelos alunos com baixa condição socioeconômica.

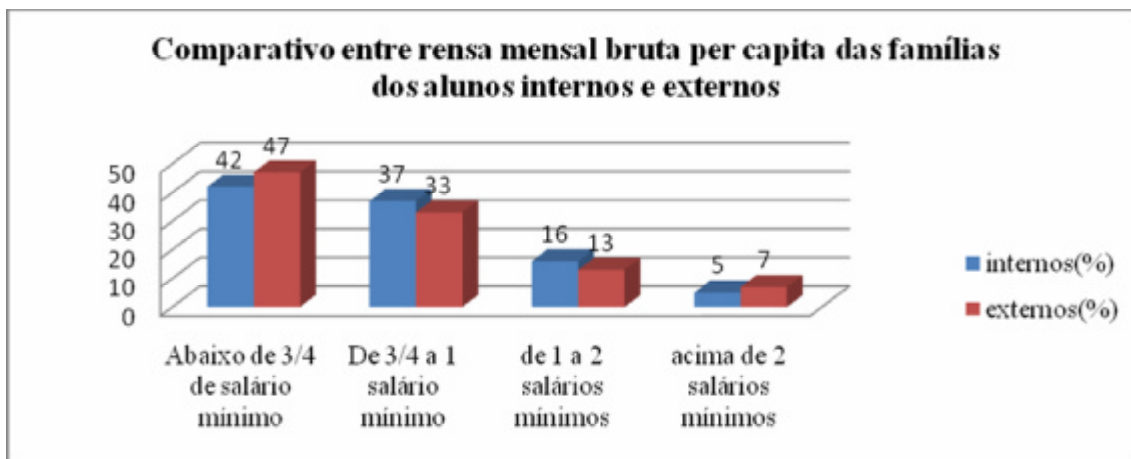


Gráfico 15 - Comparativo entre a renda mensal bruta per capita das famílias dos alunos internos e externos

Quanto aos resultados referentes à opinião sobre a quem deve ser destinada a casa do estudante (o internato escolar), Gráfico 16, os alunos do curso TAG-IEM, os únicos beneficiados atualmente com essa estrutura, em 33% dos casos responderam que deve ser destinado somente aos alunos do seu próprio curso. Já, 58% dos alunos do curso TAG-SEM, que é o outro curso integral oferecido pela instituição, responderam que deve ser destinado aos estudantes de todos os cursos técnicos profissionalizantes do Campus Sertão. Setenta e cinco por cento dos alunos do curso TEMSI-SEM defendem que o internato escolar deve ser destinado a todos os estudantes que não tenham condições socioeconômicas para realizarem os cursos. E os alunos do curso TAI-SEM dizem, em 45% das opiniões, que deve ser destinado a todos os alunos que não tenham condições socioeconômicas para fazer o curso assim como, outros 45% dizem que deve ser destinado aos alunos de todos os cursos técnicos profissionalizantes do Campus. Observa-se que os participantes da pesquisa que não são beneficiados com a casa do estudante apresentam uma maior preocupação com aqueles que necessitam de assistência estudantil. Concordam com os entrevistados de que não só o curso TAG-IEM deve ter o direito de usufruir esse benefício, mas sim os alunos carentes de todos os cursos da instituição.

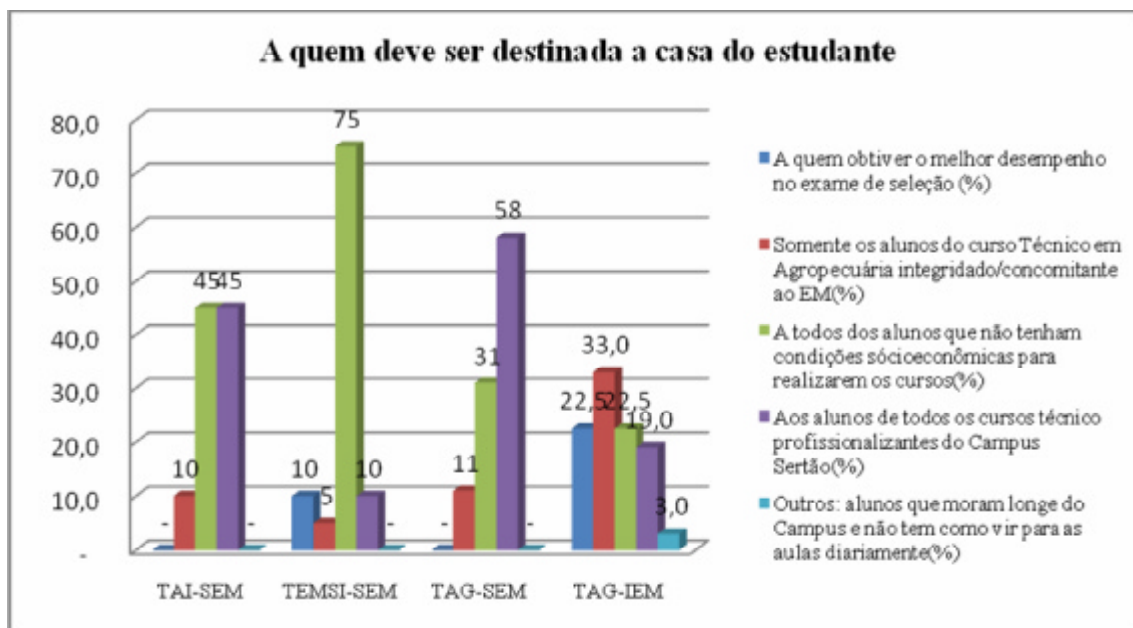


Gráfico 16 - A quem deve ser destinada a casa do estudante

4.2.2. Perfil geral dos estudantes dos cursos técnicos do IFRS – Campus Sertão

A seguir, é apresentado o perfil geral dos alunos dos cursos técnicos do IFRS – Campus Sertão, o qual foi traçado a partir dos dados coletados com a aplicação e análise dos questionários, cujas tabelas completas encontram-se no Apêndice F.

Através dos dados coletados com o questionário constata-se que o perfil geral dos estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes do IFRS- Campus Sertão é composto pelo sexo masculino, na maioria dos casos, com idades entre 15 a 20 anos, solteiros, provenientes de escolas públicas e, no caso dos cursos subsequentes, concluíram o ensino médio a menos de dois anos, não exercem atividade remunerada, tendo suas despesas custeadas pela família, com uma renda bruta mensal per capita abaixo de $\frac{3}{4}$ de salário mínimo. Metade é residente da zona urbana e a outra metade, da zona rural, numa área de abrangência de até 300 km de distância da instituição. Para o deslocamento de suas casas até o Campus Sertão e vice e versa, nos finais de semana, utilizam o transporte locado de prefeituras e/ou escolares e o transporte coletivo. Diariamente, durante a semana letiva, o transporte locado de prefeituras e/ou escolares continua sendo um dos meios mais utilizados, seguido da utilização de bicicletas e das caminhadas. A opção pelos cursos técnicos da instituição deve-se a qualidade do ensino oferecido e a gratuidade do mesmo. As pretensões dos estudantes, após a conclusão dos cursos, é continuar estudando e ao mesmo tempo trabalhar.

4.2.3. Perfil geral dos alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado/Concomitante ao Ensino Médio – TAG-IEM

No que se refere ao perfil geral dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado/Concomitante ao Ensino Médio – TAG-IEM, do IFRS – Campus Sertão esse é caracterizado por alunos do sexo masculino, na maioria dos casos, com idades entre 15 a 20

anos, solteiros, provenientes de escolas públicas, que não exercem atividade remunerada, tendo suas despesas custeadas pela família, com uma renda bruta mensal per capita de $\frac{3}{4}$ até 1 salário mínimo. A maioria é residente da zona rural, distante da instituição entre de 101 km a 150 km, moradores internos da casa do estudante durante o ano letivo, que utilizam nos finais de semana, para deslocamento de suas casas até o Campus Sertão e vice e versa, transporte locado de prefeituras e/ou escolares e transporte coletivo. A opção pelo curso deve-se pela possibilidade de permanecer na casa do estudante, no regime de internato escolar, pelo ensino de qualidade oferecido e pela gratuidade do mesmo. Pretendem continuar estudando e trabalhar ao mesmo tempo após a conclusão do curso.

4.2.4. Perfil geral dos alunos do curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio – TAG-SEM

O perfil geral dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária subsequente ao Ensino Médio – TAG-SEM, do IFRS – Campus Sertão é caracterizado por alunos do sexo masculino, com idades entre 15 a 20 anos, solteiros, provenientes de escolas públicas, concluintes do ensino médio a menos de dois anos, que não exercem atividade remunerada, tendo suas despesas custeadas pela família, com uma renda bruta mensal per capita abaixo de $\frac{3}{4}$ de salário mínimo. A maioria é residente da zona rural, distante da instituição, entre menos de 50 km a 100 km, moradores de habitações coletivas como hotel, hospedaria, pensionato, república, etc durante o ano letivo, que se deslocam de suas moradias até a instituição e vice e versa, diariamente, através de caminhadas ou bicicletas. A opção pelo curso deve-se ao ensino de qualidade oferecido e pela gratuidade do mesmo. Pretendem continuar estudando e trabalhar ao mesmo tempo após a conclusão do curso.

4.2.5. Perfil geral dos alunos do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio – TEMSI-SEM

Ao tratar-se do perfil geral dos alunos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio – TEMSI-SEM, do IFRS – Campus Sertão, observa-se que é caracterizado por alunos de ambos os sexos, com idades entre 15 a 30 anos, solteiros, provenientes de escolas públicas, concluintes do ensino médio a menos de dois anos, que exercem atividade remunerada, têm suas despesas custeadas pela família e também custeiam suas próprias despesas, com uma renda bruta mensal per capita abaixo de $\frac{3}{4}$ de salário mínimo. A maioria é residente da zona urbana e um significativo número de moradores da zona rural da cidade de Sertão, distante da instituição até 50 km, moradores de casas ou apartamentos juntamente com suas famílias, que se deslocam de suas moradias até a instituição e vice e versa, diariamente, através de transporte locado e prefeituras e/ou escolares. A opção pelo curso deve-se ao ensino de qualidade oferecido, pela gratuidade do mesmo e pela proximidade da residência. Pretendem continuar estudando e trabalhar ao mesmo tempo após a conclusão do curso.

4.2.6. Perfil geral dos alunos do curso Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio – TAI-SEM

Em relação ao perfil geral dos alunos do Curso Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio – TAI-SEM, do IFRS – Campus Sertão vê-se que é caracterizado por alunos do sexo feminino, na maioria dos casos, com idades entre 15 a 20 anos, solteiros, provenientes de escolas públicas, concluintes do ensino médio a menos de dois anos, que exercem atividade remunerada, custeiam suas próprias despesas, com uma renda bruta mensal per capita abaixo de $\frac{3}{4}$ de salário mínimo. A maioria é residente da zona urbana, distante da instituição até 50 km, moradores de casas ou apartamentos juntamente com suas famílias, que se deslocam diariamente de suas moradias até a instituição e vice e versa, através de transporte locado e prefeituras e/ou escolares. A opção pelo curso deve-se ao ensino de qualidade oferecido, pela gratuidade do mesmo e pela proximidade da residência. Pretendem continuar estudando e trabalhar ao mesmo tempo após a conclusão do curso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho valeu-se do estudo de caso do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Sertão, instituição cinquentenária que ao longo de sua trajetória obteve notório reconhecimento regional na formação de profissionais do campo, principalmente de Técnicos em Agropecuária.

A pesquisa buscou contextualizá-lo na história da educação profissional brasileira, resgatando os objetivos de sua fundação, as mudanças institucionais ocorridas ao longo do tempo em relação às práticas de seleção discente e ao internato escolar, assim como buscou desenhar o perfil socioeconômico dos estudantes dos atuais cursos técnicos oferecidos.

Com base nos dados obtidos, verificou-se que a criação do IFRS – Campus Sertão respondeu às metas políticas do governo da época e que teve como objetivo, no ano de sua implantação, oferecer o ensino agrícola aos filhos dos servidores da antiga Estação Experimental de Passo Fundo, atual EMBRAPA TRIGO, que, na época, tinha suas instalações e sede onde hoje funciona o Centro de Ensino Superior do Campus Sertão e também, oferecer o ensino agrícola para os filhos de agricultores. O primeiro curso oferecido foi o Ginásio Agrícola, com quatro anos de duração. Sempre enfrentou uma demanda maior que a oferta de vagas, o que exigiu que vários métodos de seleção de alunos fossem experimentados, com o objetivo de dar oportunidades aos alunos desfavorecidos economicamente mas com perfil para atuação no campo.

No ano de 2008, o Campus Sertão passou a fazer parte do IFRS. Com essa mudança, o número de vagas ofertadas para os cursos profissionalizantes aumentou significativamente. Em contrapartida, o processo seletivo 2011, regulamentado institucionalmente, promoveu a unificação da data e horário do exame de seleção dos cursos técnicos. Os candidatos podem se inscrever somente para um curso dentro do universo de cursos técnicos oferecidos pelo IFRS. Dessa forma, entende-se que se reduziram as chances dos candidatos em relação à conquista de uma vaga de estudo.

Essa forma de tratamento do processo seletivo discorda dos objetivos dos Institutos Federais, os quais foram criados para ampliar o acesso dos estudantes a cursos profissionalizantes. Há que se reavaliar essa postura para os próximos processos seletivos a fim de estarem condizentes com a função política e social dos Institutos Federais.

Quanto ao internato escolar do Campus Sertão, verificou-se que esse esteve em sintonia com os objetivos políticos e históricos de sua criação, principalmente com o acolhimento dos desvalidos, buscando, não só acomodá-los, mas prepará-los para o mercado de trabalho. Inicialmente, serviu para dar condições aos mais necessitados, àqueles que sem o qual, não teriam condições de estudar pela distância, pelo difícil acesso e por falta de recursos financeiros.

Atualmente, configura-se como uma das mais significativas e positivas ações de assistência estudantil da instituição, abrigando alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, com, aproximadamente, 350 matriculados. O internato escolar é a base da estrutura de manutenção desses alunos e fator de garantia contra a evasão escolar e a conclusão do curso. Mas, considerando-se as metas e ações de expansão do ensino profissional e tecnológico, entre outras questões, viram-se emergir as preocupações referentes à assistência estudantil nos Institutos Federais, abrangendo o Campus Sertão.

Dessa forma, tendo como parâmetro a oferta de outros cursos técnicos pelo IFRS – Campus Sertão, além do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, os quais estão desassistidos quanto à moradia escolar, questionou-se, nesse trabalho, a opinião da comunidade escolar sobre a destinação e a ampliação das vagas do internato bem como traçou-se um comparativo entre o perfil socioeconômico dos alunos internos e externos, a fim de identificar aspectos que justifiquem ou não a oferta da residência escolar a alunos de um determinado curso em detrimento dos demais.

A permanência e a ampliação do número de vagas no internato escolar foram defendidas. As justificativas dizem respeito à localização rural da instituição, que conta com poucas possibilidades de transporte e abrange um número elevado de municípios, com distâncias difíceis de serem vencidas diariamente pelos alunos para frequentarem os cursos; e, consideram que alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis podem beneficiar-se desse recurso assistencial para dar prosseguimento à sua formação profissional.

Os dados obtidos através do comparativo entre a renda mensal bruta per capita das famílias dos alunos internos e externos mostram que a maioria dos alunos, nos dois casos, têm renda até 1 salário mínimo, o que não justifica a continuidade do oferecimento de vagas na casa do estudante, pelo Campus Sertão, somente aos estudantes do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Tendo como base as considerações apresentadas, conclui-se que permanecer com as mesmas práticas de assistência estudantil dos primeiros tempos da educação não é condizente com a atual expansão do ensino profissionalizante, o qual pretende atingir números inéditos na educação brasileira. A questão da assistência estudantil, principalmente a questão da moradia no IFRS – Campus Sertão, merece ser reestruturada para, de fato, promover a inclusão e a justiça social.

A criação de vagas para estudantes não é suficiente para alcançar os objetivos da educação brasileira. As questões referentes ao ingresso e à permanência dos estudantes na formação profissional precisam ser a tônica das atuais políticas socioeducacionais, tanto em nível nacional quanto no IFRS – Campus Sertão.

5.1. Sugestões de Pesquisas

Esta seção tem por objetivo sugerir novos estudos e pesquisas a partir dos dados coletados pelo trabalho.

Sugere-se um estudo específico referente à criação de novos critérios de seleção para as vagas do internato escolar no IFRS – Campus Sertão a fim de aproximar-se dos objetivos sociais dos Institutos Federais e garantir a coerência das ações de assistência estudantil;

Sugere-se a aplicação dessa pesquisa nos cursos superiores oferecidos no IFRS – Campus Sertão a fim de analisar a necessidade de ações de assistência estudantil, com ênfase na moradia estudantil, com vistas a promoção da justiça e inclusão social;

Indica-se um estudo no IFRS para verificar o impacto social da unificação da data do processo seletivo no instituto, o que reduziu as chances de ingresso dos candidatos nos campi da mesorregião atendida; e,

Sugere-se que o histórico do IFRS – Campus Sertão seja registrado em pesquisa específica com posterior publicação em livro devido a sua importância regional e, acima de tudo, sua importância na história do desenvolvimento da educação profissional em nível nacional

6. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Proposta do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) para um Plano Nacional de Assistência Estudantil.** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>>. Acesso em: 02 setembro 2010.

BENELLI, Silvio José. **Dispositivos disciplinares de subjetividade na instituição total.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, n. 2, p. 03-19, 2003.

BENELLI, Silvio José. **O internato escolar como instituição total: violência e subjetividade.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 19-29, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos estados da república escolas de aprendizes artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

_____. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto 1946. Lei Orgânica do ensino Agrícola. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de agos. 1946.

_____. Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957. Cria a escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen no estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 jul. 1957.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário oficial [da] União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1961, p. 11429.

_____. Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Altera a denominação de escolas de iniciação agrícolas, agrícolas e agrotécnicas. Colégio Agrícola. Ginásio Agrícola. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 fev. 1964.

_____. Decreto nº 62.519, de 09 de março de 1968. Dispõe sobre a mudança do nome do Colégio Agrícola de passo Fundo e dá outras providências. Colégio Agrícola de Sertão. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 mar. 1968.

_____. Decreto nº 72.434, de 09 de julho de 1973. Coordenação Nacional do Ensino Agrícola : COAGRI no Ministério de Educação e Cultura, atribuindo-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jul. 1973.

_____. Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica, Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI). Escola Agrotécnica Federal. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 set. 1979.

_____. Decreto nº 93.613, de 23 de novembro 1986. Extingue órgãos do Ministério da Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de Nov. 1986, p. 17574.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988. p. 1. Disponível

em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 02 maio 2010.

_____. Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990. Dispõe sobre a reorganização e funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de mai. 1990, p. 8868.

_____. Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 nov. 1993, p. 17253.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **O internato nas Escolas Agrotécnicas Federais**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1994.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, p. 27833.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o Par. 2 do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 93.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mar. 1997, p. 7760.

_____. Ministério da Educação. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico. **Resolução CNE/CEB nº 4/99**. Brasília: MEC, 1999. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol0499.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília: MEC/SETEC/PROEP, 2000.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho 2004. Regulamenta o Par. 2 do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da

Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jul. 2004a, p. 18.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: SINAES. **Diário Oficial [da] União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 abr. 2004b.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 mar. 2007a, p. 07.

_____. Ministério da Educação. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil: PNAES. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. p. 1.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/setec/>> Acesso em: 20 maio 2009.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: MEC/SETEC, 2010a.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil: PNAES. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010b, p.05.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O internato do aprendizado agrícola Benjamin Constant: o espaço, o grupo dirigente e os internos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia, GO, 2006. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais.htm>. Acesso em: 14 fev. 2010.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). Câmara de Educação no Campo. Fórum de Educação no Campo. Grupo de Trabalho Assistência Estudantil: Financiamento. **Relatório de Trabalho desenvolvido em 13 e 14 de maio de 2010**. São João Evangelista: Campus de São João Evangelista do IFMG, 2010.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGRÍCOLA DE NÍVEL MÉDIO DO BRASIL (COAGRI). **Educação agrícola: 2º grau: linhas norteadoras**. Brasília: MEC, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudencio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradição**. São Paulo: Cortez, 2005.

FONSECA, M. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMASSI, L. et al. **O banco mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa em economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e comandos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HOLAHAN, C. J.; WANDERSMAN, A. **The community psychology perspective in environmental psychology**. New York: Wiley Interscience, 1987.

HORMANN, J. **A tecnologia e a ciência**. São Paulo: Loyola, 1975.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, Maria A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis e metodologia jurídica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006a.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006b.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAUÉS, Olgaíses C.; GOMES, Elenilce; MENDONÇA, Fernanda L. Políticas para a educação profissional média nos anos 1997-2007. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 109-122, jan./abr. 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 20. ed. Petrópolis: EDE, 1998.

ROSSETTO, Luiz Valério. **A educação física no ensino agrícola federal do Rio Grande do Sul: um estudo a partir da pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 2009. 93 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SANCHEZ, Sandra Barros. **Conceituação, concepção e organização de um programa de pós-graduação para docentes da educação profissional agrícola**. 2002. 129 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Org). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SCARIOT, Ivete. **O desafio da leitura na Escola Agrotécnica Federal de Sertão/RS**. 2009. 91 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Caetana J. R. (Org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

SILVA, Edna L.; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev.atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SOARES, Ana Maria Dantas. **Política educacional e configuração dos currículos dos cursos de formação de Técnicos em Agropecuária, anos 90: regulação ou emancipação**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Bases teórico-metodológicas da pesquisa em ciências sociais. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**, Porto Alegre, v. 4, 2001.

7. APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de Apresentação

APÊNDICE B – Termo de Consentimento

APÊNDICE C – Protocolo de Entrevista Semiestruturada Realizada com Docentes Referentes à Fundação do Campus Sertão

APÊNDICE D - Protocolo de Entrevista Semiestruturada Realizada com Membros da Comissão do Processo Seletivo 2010

APÊNDICE E – Questionário Aplicado aos Alunos dos Cursos Técnicos do IFRS – Campus Sertão

APÊNDICE F – Tabelas Construídas Através dos Dados Resultantes do Questionário Aplicado aos Alunos dos Cursos Técnicos do IFRS – Campus

APÊNDICE A – Carta de Apresentação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Venho através desta, apresentar minha orientanda MAQUELI ELIZABETE PIVA (matrícula 200923150028-9) aluna do Curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, que realiza uma pesquisa sobre “**Educação Profissional Brasileira e Assistência Estudantil nos Cursos Técnicos: um estudo de caso no IFRS – Campus Sertão**”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Na oportunidade, solicito o consentimento desta instituição para a realização da pesquisa em suas dependências, assim como, com membros do corpo docente e discente.

Prof^a. Dra. Ana Alice vilas Boas
Orientadora do Trabalho
UFRRJ/UFLA

Rio de Janeiro, 2010

APÊNDICE B – Termo de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola



TERMO DE CONSENTIMENTO

Através do presente, autorizo a estudante Maqueli Elizabete Piva, matrícula 200923150028-9, mestranda em Educação Agrícola, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a realizar seu trabalho de dissertação **“Educação Profissional Brasileira e Assistência Estudantil nos Cursos Técnicos: um estudo de caso no IFRS – Campus Sertão”**, nesta instituição. Este trabalho consiste na pesquisa bibliográfica e documental sobre a instituição e aplicação de entrevistas e questionários com membros do corpo docente e discente.

Rio de Janeiro, 2010.

Responsável pela Instituição

Prof^a. Dra. Ana Alice Vilas Boas
Orientadora

APÊNDICE C – Protocolo de Entrevista Semiestruturada Realizada com Docentes
Referente à Fundação do Campus Sertão

Roteiro de entrevista

Caracterização da Amostra

Respondente:

Idade:

Sexo:

Formação:

Função:

Há quanto tempo trabalha na instituição:

Qual a função específica exercida, atualmente:

Entrevista sobre o Histórico do Processo Seletivo

1. Qual foi o objetivo da criação do Campus Sertão, no ano de sua implantação? Qual era sua missão e seus objetivos?
2. Qual foi o curso técnico oferecido inicialmente? A quem era destinado?
3. Ao longo da história do Campus, como foi realizado o processo seletivo?
4. Porque houve essas mudanças na forma de selecionar os alunos?
5. A quem se destinava o internato escolar? Qual era seu objetivo?
6. Quais eram as principais características do regime de internato?
7. Hoje, a quem é destinado o internato escolar? Quais as principais diferenças dele para com seus objetivos iniciais?
8. Você concorda com a permanência do regime de internato após a criação dos IFs? Por quê?
9. O internato deve ser oferecido para alunos de outros cursos? Por quê?
10. Você gostaria de comentar outros aspectos e/ou perspectivas não abordados na entrevista?

APÊNDICE D – Protocolo de Entrevista Semiestruturada Realizada com os Membros da Comissão do Processo Seletivo 2010

Roteiro de entrevista

Caracterização da Amostra

Respondente:

Sexo:

Formação:

Função:

Há quanto tempo trabalha na instituição:

Qual a função específica exercida, atualmente:

Entrevista realizada com os membros da Comissão do Processo Seletivo 2010.

01. Há quem é destinado o internato escolar? Quais as principais diferenças dele para com seus objetivos iniciais?
02. Você concorda com a permanência do regime de internato após a criação dos IFs? Por quê?
03. O internato deve ser oferecido para alunos de outros cursos? Por quê?
04. Você gostaria de comentar outros aspectos e/ou perspectivas não abordados na entrevista?

Questionário

Prezado aluno,

Solicitamos sua colaboração em responder com veracidade o presente questionário, pois o mesmo tem o objetivo de diagnosticar o perfil socioeconômico dos alunos dos cursos técnicos profissionalizantes do IFRS – Campus Sertão, para, a partir destas informações, verificar a necessidade de políticas educacionais e de assistência

01. Que curso você frequenta?

- a. Técnico em Agroindústria - Subsequente ao Ensino Médio
- b. Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - Subsequente ao Ensino Médio
- c. Técnico em Agropecuária - Subsequente ao Ensino Médio
- d. Técnico em Agropecuária – Integrado ao Ensino Médio
- e. Técnico em Agropecuária - Concomitante ao Ensino Médio

02. Qual é seu regime de permanência na instituição?

- a. Residência (internato escolar)
- b. Semi Residência (semiinternato escolar)
- c. Residência Externa (externato)

03. Qual é a sua idade?

- a. menos de 15 anos
- b. 15 – 20 anos
- c. 21 - 30 anos
- d. 31 - 40 anos
- e. 41 - 50 anos
- f. acima de 51 anos

04. Qual é o seu sexo?

- a. feminino
- b. masculino

05. Qual é o seu estado civil?

- a. solteiro(a)
- b. casado(a) / mora com um(a) companheiro(a).
- c. separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).
- d. viúvo(a)

06. Onde você mora?

- a. Sertão
- b. Interior de Sertão
- c. Outra cidade
- d. Interior de outra cidade
- e. Outros Estados

07. Quantos quilômetros de distância existem entre sua cidade e o Campus Sertão?

- a. menos de 50 km
- b. de 51 km a 100 km
- c. de 101 km a 150 km
- d. de 151 km a 200 km
- e. de 201 km a 300 km
- f. acima de 300 km

08. Qual é a sua situação atual de moradia para realizar o curso?

- a. em casa ou apartamento, com meus pais
- b. em casa ou apartamento, com o(a) cônjuge ou companheiro(a)
- c. em casa ou apartamento de outros familiares
- d. em casa ou apartamento, mantido pela família, sozinho
- e. em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a)
- f. em habitação coletiva: hotel / hospedaria / pensionato / república etc
- g. na casa do estudante (internato escolar)

08.1 Caso você utilize a casa do estudante, você teria condições de realizar o curso se não fosse interno? (Somente para internos)

a. sim

b. não

Por quê? _____

08.2 Você teria necessidade de utilizar a casa do estudante para realizar o curso? (Somente para semiinternato e externato)

a. sim

b. não

Por quê? _____

09. Qual é o meio de transporte que você utiliza para chegar de sua casa até o Campus Sertão? (final de semana) (Somente para quem não mora próximo ao Campus Sertão)

a. a pé / de bicicleta

b. de carona

c. transporte coletivo

d. transporte próprio (carro ou moto)

e. transporte locado (prefeitura e / ou escolar)

09.1 Caso não utilize a casa do estudante, qual é o meio de transporte diário que você utiliza para chegar ao Campus Sertão? (Somente para semiinternato e externato)

a. a pé / de bicicleta

b. de carona

c. transporte coletivo

d. transporte próprio (carro ou moto)

e. transporte locado (prefeitura e / ou escolar)

10. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda de sua família?

a. nenhuma renda

b. até um salário mínimo (R\$ 510,00 inclusive)

c. de 1 a 2 salários mínimos (R\$ 510,00 até R\$ 1.020,00 inclusive)

d. 2 a 5 salários mínimos (R\$ 1.020,00 até R\$ 2.550,00 inclusive)

e. de 5 a 10 salários mínimos (R\$ 2.550,00 até R\$ 5.100,00 inclusive)

f. de 10 a 30 salários mínimos (R\$ 5.100,00 até R\$ 15.300,00 inclusive)

g. mais de 30 salários mínimos (R\$ 15.300,00 inclusive)

11. Quantas pessoas são sustentadas com a renda familiar?

a. uma

b. duas

c. três

d. quatro

e. cinco

f. mais de cinco

12. Você realiza atividade remunerada?

a. não

b. sim, mas é trabalho eventual

c. sim, até 20 horas por semana

d. sim, de 21 a 30 horas por semana

e. sim, de 31 a 40 horas por semana

f. sim, mais de 40 horas por semana

13. Quem custeia suas despesas?

- a. Você mesmo
 b. Sua família
 c. Outros. Quem? _____

14. Em que tipo de escola você cursou o Ensino Fundamental?

- a. somente em escola pública
 b. maior parte em escola pública
 c. somente em escola particular sem bolsa
 d. somente em escola particular com bolsa
 e. maior parte em escola particular sem bolsa
 f. maior parte em escola particular com bolsa

15. Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio? (Somente para os cursos subsequentes)

- a. somente em escola pública
 b. maior parte em escola pública
 c. somente em escola particular sem bolsa
 d. somente em escola particular com bolsa
 e. maior parte em escola particular sem bolsa
 f. maior parte em escola particular com bolsa

16. Quanto tempo faz que você concluiu o Ensino Médio? (Somente para os cursos subsequentes)

- a. menos de 2 anos
 b. entre 3 e 5 anos
 c. entre 6 e 10 anos
 d. mais de 10 anos

17. Qual o motivo pela escolha do Campus Sertão? (múltiplas respostas)

- a. única instituição de ensino em que foi aprovado
 b. ensino gratuito
 c. ensino de qualidade
 d. proximidade da residência ou do local de trabalho
 e. apoio oferecido
 f. possibilidade de continuar em outros cursos
 g. possibilidade de permanecer no regime de internato
 h. Outro. Qual _____

18. O que você pretende fazer quando se formar?

- a. trabalhar
 b. continuar estudando
 c. ambos
 d. não sabe

19. A quem você acha que deveria ser destinado o internato escolar?

- a. a quem tivesse o melhor desempenho no exame de seleção
 b. somente aos alunos do curso técnico em agropecuária integrado e concomitante ao Ens. Médio
 c. a todos os alunos que não tivessem condições socioeconômicas para fazer os cursos
 d. aos alunos de todos os cursos técnicos profissionalizantes do Campus Sertão
 Outros: _____

20. Você é sabedor de alguém que não se inscreveu para os cursos técnicos do Campus Sertão porque não tinha condições financeiras para custear os estudos?

- a. não
 b. sim

Quantos? _____

Muito obrigado pelas respostas!

APÊNDICE F – Tabelas Construídas Através dos Dados Resultantes do Questionário Aplicado aos Alunos dos Cursos Técnicos do IFRS
- Campus Sertão

Tabela 1 – Resultados referentes ao número de participantes de cada curso, regime de permanência, sexo, estado civil

Curso	Nº de participantes	Residência interna		Residência externa		Sexo feminino		Sexo masculino		Solteiro(a)		Casado(a)/mora com um companheiro(a)		Separado(a)/divorciado(a)/desquitado(a)	
		Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
		Téc. Agroindústria	11	0	0	11	100%	7	63,63%	4	36,36%	10	90%	1	9,09%
Téc. M. S. em Informática	20	0	0	20	100%	10	50%	10	50%	15	75%	4	20%	1	5%
Téc. Agropecuária S.	26	0	0	26	100%	1	4%	25	96%	25	96%	1	4%	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	301	271	90%	30	10%	29	10%	272	90%	301	100%	0	0	0	0

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 2 – Resultados referentes à idade

Curso	Idade até 15 anos		Idade entre 15 a 20 anos		Idade entre 21 a 30 anos		Idade entre 41 a 50 anos	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
	Téc. Agroindústria	0	0	9	81,81%	2	18,18%	0
Téc. M. S. em Informática	0	0	11	55%	6	30%	3	5%
Téc. Agropecuária S.	0	0	23	88%	2	8%	1	4%
Téc. Agropecuária I./C.	28	9%	273	91%	0	0	0	0

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 3 – Resultados referentes ao local de moradia permanente

Curso	Cidade de Sertão		Interior da cidade de Sertão		Outra cidade que não Sertão		Interior de outra cidade que não Sertão		Outro Estado	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	5	45,45%	1	9,09%	3	27,27%	2	18,18%	0	0
Téc. M. S. em Informática	9	45%	7	35%	2	10%	2	10%	0	0
Téc. Agropecuária S.	0	0	0	0	7	27%	19	73%	0	0
Téc. Agropecuária I/C.	9	3%	11	3,7%	106	35%	174	58%	1	0,3%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 4 – Resultados referentes à distância, em km, entre a cidade de moradia e o Campus Sertão

Curso	Menos de 50 km		Entre 51 km a 100 km		Entre 101 km a 150 km		Entre 151 km a 200 km		Entre 201 km a 300 km		Acima de 300 km	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	8	72,72%	3	27,27%	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. M. S. em Informática	17	85%	1	5%	1	5%	0	0	1	5%	0	0
Téc. Agropecuária S.	6	23%	6	23%	9	35%	3	11%	2	8%	0	0
Téc. Agropecuária I/C.	76	25%	67	22%	122	41%	22	7%	12	4%	4	1%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 5 – Resultados referentes ao local de moradia durante os dias letivos

Curso	Em casa/apto c/ os pais		Em casa/apto c/ cônjuge ou companheiro(a)		Em casa/apto c/outros familiares		Em casa/apto mantido pela família, sozinho		Em habitação coletiva: hotel/hospedaria/pensão/república/etc		Na casa do estudante (internato escolar)		Em quarto ou cômodo alugado, sozinho	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	7	63,63%	1	9,09%	0	0	0	0	3	27,27%	0	0	0	0
Téc. M. S. em Informática	13	65%	4	20%	0	0	1	5%	2	10%	0	0	0	0
Téc. Agropecuária S.	1	4%	1	4%	1	4%	0	0	22	84%	0	0	1	4%
Téc. Agropecuária I./C.	18	6%	0	0	1	0,3%	0	0	9	3%	271	90%	2	0,7%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 6 – Resultados referentes aos meios de transportes utilizados para deslocamento de casa até o Campus Sertão e vice e versa, no final de semana

Curso	A pé/bicicleta		Carona		Transporte coletivo		Transporte próprio		Transporte locado (prefeitura/escolar)		Mais de um meio de transporte	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. M. S. em Informática	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária S.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	3	1%	23	9%	58	22%	5	2%	134	50%	44	16%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 7 – Resultados referentes aos meios de transportes utilizados para deslocamento de casa até o Campus Sertão e vice e versa, diariamente (somente responderam os externos)

<i>Curso</i>	<i>A pé/bicicleta</i>		<i>Carona</i>		<i>Transporte coletivo</i>		<i>Transporte próprio</i>		<i>Transporte locado (prefeitura/escolar)</i>		<i>Mais de um meio de transporte</i>	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	2	18,18%	1	9,09%	0	0	2	18,18%	5	45,45%	1	9,09%
Téc. M. S. em Informática	4	20%	0	0	0	0	0	0	13	65%	3	15%
Téc. Agropecuária S.	16	62%	0	0	0	0	1	4%	6	23%	3	11%
Téc. Agropecuária I./C.	15	5%	7	23%	4	13%	0	0	0	0	4	13%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 8 – Resultados referentes à escola onde cursou o Ensino Fundamental

<i>Curso</i>	<i>Somente em escola pública</i>		<i>Maior parte em escola pública</i>		<i>Somente em escola particular sem bolsa</i>		<i>Somente em escola particular com bolsa</i>		<i>Maior parte em escola particular sem bolsa</i>		<i>Maior parte em escola particular com bolsa</i>	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	11	100%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. M. S. em Informática	19	95%	1	5%	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária S.	24	92%	2	8%	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	266	88%	23	8%	6	2%	2	0,7%	3	1%	1	0,3%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 9 – Resultados referentes à escola onde cursou o Ensino Médio (somente responderam os cursos subsequentes)

<i>Curso</i>	<i>Somente em escola pública</i>		<i>Maior parte em escola pública</i>		<i>Somente em escola particular sem bolsa</i>		<i>Somente em escola particular com bolsa</i>		<i>Maior parte em escola particular sem bolsa</i>		<i>Maior parte em escola particular com bolsa</i>	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	10	90,9%	0	0	0	0	1	9,09%	0	0	0	0
Téc. M. S. em Informática	18	90%	2	10%	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária S.	24	92%	1	4%	0	0	0	0	1	4%	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 10 – Resultados referentes ao tempo de conclusão do Ensino Médio (somente responderam os cursos subsequentes)

Curso	Menos de dois anos		Entre 3 e 5 anos		Entre 6 e 10 anos		Mais de 10 anos	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	9	81,81%	1	9,09%	1	9,09%	0	0
Téc. M. S. em Informática	14	70%	1	5%	3	15%	2	10%
Téc. Agropecuária S.	26	100%	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 11 – Resultados referentes à realização de atividade remunerada

Curso	Não realiza atividade remunerada		Realiza atividade remunerada eventualmente		Realiza atividade remunerada até 20 h por semana		Realiza atividade remunerada de 21h a 30 h semanais		Realiza atividade remunerada de 31h a 40 h semanais		Realiza atividade remunerada acima de 40 h semanais	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	3	27,27%	2	18,18%	1	9,09%	1	9,09%	3	27,27%	1	9,09%
Téc. M. S. em Informática	12	60%	0	0	1	5%	0	0	2	10%	5	25%
Téc. Agropecuária S.	24	92%	2	8%	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	254	84%	45	15%	2	1%	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 12 – Resultados referentes ao custeio das despesas

<i>Curso</i>	<i>O próprio aluno</i>		<i>Sua família</i>	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	6	54,54%	5	45,45%
Téc. M. S. em Informática	6	30%	14	70%
Téc. Agropecuária S.	0	0	26	100%
Téc. Agropecuária L/C.	3	1%	298	99%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 13 – Resultados referentes aos motivadores da escolha pelos cursos técnicos profissionalizantes do Campus Sertão

<i>Curso</i>	<i>Única instituição de ensino em que foi aprovado</i>	<i>Ensino gratuito</i>	<i>Ensino de qualidade</i>	<i>Proximidade residência/ local de trabalho</i>	<i>Apoio oferecido</i>	<i>Possibilidade de continuar em outros cursos</i>	<i>Possibilidade de permanecer no regime de internato</i>	<i>Outros</i>
	Valor relativo	Valor relativo	Valor relativo	Valor relativo	Valor relativo	Valor relativo	Valor relativo	Valor relativo
Téc. Agroindústria	4,34%	21,73%	34,78%	21,73%	0	17,39%	0	0
Téc. M. S. em Informática	0	30%	28%	26%	7%	7%	0	2%
Téc. Agropecuária S.	0	27%	38%	3,3%	3,3%	25%	0	3,3%
Téc. Agropecuária L/C.	1%	23%	35%	3%	6,5%	15%	12,5%	4%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 13.1 – Resultados referentes aos outros motivadores da escolha pelos cursos técnicos profissionalizantes do Campus Sertão

<i>Curso</i>	<i>Realização de um sonho</i>	<i>Foi obrigado pelos pais</i>	<i>Desejo de ser técnico agrícola como o pai</i>	<i>Desejo de profissionalizar-se</i>	<i>Pelo reconhecimento do nome da instituição</i>	<i>Por indicação de um amigo</i>	<i>Pela empregabilidade</i>	<i>Sem opção</i>	<i>Pelo status</i>	<i>Por interesse e oportunidade de fazer o curso</i>	<i>Por ser na área de sua atuação profissional</i>
	Citado por	Citado por	Citado por	Citado por	Citado por	Citado por	Citado por	Citado por	Citado por	Citado por	Citado por
Téc. Agroindústria											
Téc. M. S. em Informática										X	
Téc. Agropecuária S.											X
Téc. Agropecuária I./C.	X	X	X	X	X	X	X	X	X		

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 14 – Resultados referentes à pretensão após a conclusão do curso

Curso	Trabalhar		Continuar estudando		Trabalhar e continuar estudando		Não sabe	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	1	9,09%	2	18,18%	7	63,63%	1	9,09%
Téc. M. S. em Informática	1	5%	4	20%	14	70%	1	5%
Téc. Agropecuária S.	5	19%	9	35%	10	38%	2	8%
Téc. Agropecuária I./C.	65	21%	68	23%	136	45%	32	11%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 15 – Resultados referentes à opinião sobre a quem deve ser destinada a casa do estudante (internato escolar)

Curso	A quem obtiver o melhor desempenho no exame de seleção		Somente aos alunos do curso técnico em agropecuária integrado/concomitante ao EM		A todos os alunos que não tenham condições socioeconômicas para fazer os cursos		Aos alunos de todos os cursos técnicos profissionalizantes do Campus Sertão		Outros: alunos que moram longe do Campus e não tem como vir para as aulas diariamente	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	0	0	1	10%	5	45%	5	45%	0	0
Téc. M. S. em Informática	2	10%	1	5%	15	75%	2	10%	0	0
Téc. Agropecuária S.	0	0	3	11%	8	31%	15	58%	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	68	22,5%	100	33%	68	22,5%	57	19%	8	3%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 16 – Resultados referentes ao conhecimento de alguém que não se inscreveu para os cursos técnicos do Campus Sertão porque não tinha condições socioeconômicas para custear os estudos

Curso	Não conhece ninguém		Sim, conhece alguém		Quantas pessoas
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto
Téc. Agroindústria	10	90,9%	1	9,09	0
Téc. M. S. em Informática	16	80%	4	20%	8
Téc. Agropecuária S.	21	81%	5	19%	17
Téc. Agropecuária I./C.	243	81%	58	19%	110

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 17 – Resultados referentes às condições dos alunos residentes na casa do estudante para realizarem o curso se não fossem internos

Curso	Sim, teria condições de realizar o curso se não fosse interno		Teria condições financeiras p custear as despesas	Mora perto	Não, não teria condições de realizar o curso se não fosse interno	Não teria condições financeiras p custear as despesas	Mora longe (di stância)	Não teria condições financeiras p custear as despesas e mora longe
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor absoluto	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor absoluto
Téc. Agroindústria	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. M. S. em Informática	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária S.	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	92	34%	25 pessoas	7 pessoas	179	66%	55 pessoas	39 pessoas

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 18 – Resultados referentes à necessidade da casa do estudante (internato escolar) para os alunos externos para realizarem o curso

<i>Curso</i>	<i>Não, não teria necessidade de utilizar a casa do estudante (internato escolar) p realizar o curso</i>		<i>Teria condições financeiras p custear as despesas</i>	<i>Mora perto</i>	<i>Tem transport e diário</i>	<i>Trabalha durante o dia e a noite tem transport</i>	<i>Prefere ficar em casa</i>	<i>Sim, teria necessidade de utilizar a casa do estudante (internato escolar) p realizar o curso</i>	<i>Seria mais econômico</i>	<i>Tem dificuldade c o transporte</i>	<i>Teria + facilidade p estudar (biblioteca, internet...)</i>	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor absoluto	Valor absoluto	Valor absoluto	Valor absoluto	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor absoluto	Valor absoluto
Téc. Agroindústria	11	100%	0	0	1 pessoa	0	0	0	0	0	0	0
Téc. M. S. em Informática	18	90%	0	2 pessoa	8 pessoas	6 pessoas	0	2	10%	2 pessoas	0	0
Téc. Agropecuária S.	8	31%	0	3 pessoas	0	0	0	18	69%	12 pessoas	1 pessoa	3 pessoas
Téc. Agropecuária I./C.	5	24%	1 pessoas	4 pessoas	1 pessoas	0	1 pessoa	16	76%	10 pessoas	0	4 pessoas

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 19 – Resultados referentes à renda mensal bruta per capita das famílias dos estudantes residentes no internato escolar

Curso	Abaixo de $\frac{3}{4}$ salário		De $\frac{3}{4}$ a 1 salário		De 1 a 2 salários		Acima de 2 salários	
	mínimo		mínimo		mínimos		mínimos	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. M. S. em Informática	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária S.	0	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	107	42%	95	37%	40	16%	14	5%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 20 – Resultados referentes a renda mensal bruta per capita das famílias dos estudantes externos

Curso	Abaixo de $\frac{3}{4}$ salário		De $\frac{3}{4}$ a 1 salário		De 1 a 2 salários		Acima de 2 salários	
	mínimo		mínimo		mínimos		mínimos	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria	7	64%	1	9%	2	18%	1	9%
Téc. M. S. em Informática	10	55,5%	7	39%	1	5,5%	0	0
Téc. Agropecuária S.	15	58%	9	35%	2	7%	0	0
Téc. Agropecuária I./C.	8	27%	11	37%	6	20%	5	16%

Fonte: Dados elencados pela autora

Tabela 21 – Resultados comparativos referentes à renda mensal bruta per capita das famílias dos estudantes internos e externos

Cursos	Abaixo de $\frac{3}{4}$ salário		De $\frac{3}{4}$ a 1 salário		De 1 a 2 salários		Acima de 2 salários	
	mínimo		mínimo		mínimos		mínimos	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Téc. Agroindústria, Téc. M. S. em Informática, Téc. Agropecuária S., Téc. Agropecuária I./C.	40	47%	8	33%	11	13%	6	7%
Externos								
Téc. Agropecuária I./C.	107	42%	95	37%	40	16%	14	5%
Internos								

Fonte: Dados elencados pela autora